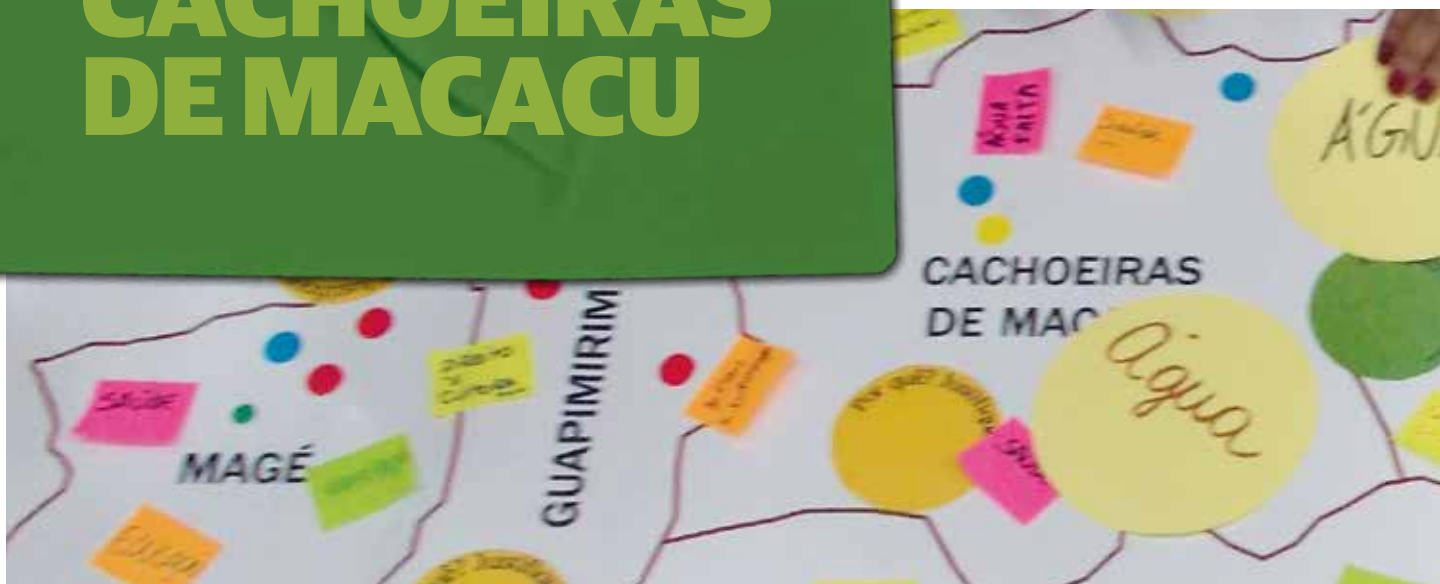




CADERNOS MUNICIPAIS DOS
INDICADORES DE CIDADANIA

CACHOEIRAS DE MACACU



CADERNOS MUNICIPAIS
DOS INDICADORES
DE CIDADANIA
CACHOEIRAS DE MACACU

**CADERNOS MUNICIPAIS
DOS INDICADORES
DE CIDADANIA
CACHOEIRAS DE MACACU**

EQUIPE INCID

Coordenador Geral

Cândido Grzybowski

Coordenadora Técnica

Rita Corrêa Brandão

Coordenadora de Comunicação

Martha Neiva Moreira

Coordenador Administrativo

Manuel Gomes Alves

Pesquisadoras

Adriana B. Cardoso

Renata Feno Neves

Flávia Valença Lima

Bianca Arruda Soares

Assistente de Pesquisa

Rozi Billo

Assistente de Pesquisa Comunicação

Paula Brito

Estagiária de Comunicação

Fernanda Azevedo

Pesquisadoras/es Auxiliares

Daiana da Silva

Suellem Henriques da Silva

Renata Bazílio da Silva

Edivan Azevedo Silva da Costa

Hozana Beatriz Leite Cabral

Equipe de Campo

Supervisores/as

Gênesis de Oliveira Pereira

Manuela de Almeida Castor do Amaral

Robson de Aguiar Oliveira

Bruna Lasse Araújo

Articuladores/as locais

Aloha Xavier

Ana Bartira da Penha Silva

André de Souza Correia

Cristiane Benevenuto de Morais

Daiane Alves da Silva

Franciellen Fonseca

Gero Band

Glauco Silva de Oliveira

Hector Hugo Parra Fraile

Karla Karina Santos da Costa

Luciano Gomes Franklin

Monick Silva Dallia da Rosa

Ramon Vieira

Sérgio A. Paulino

Tatiane Costa dos Santos

Vinicius Gomes de Oliveira

Wellington Lyra

Zilair Barbosa Silva

Consultores/as do Grupo

de Referência Técnico-Científico

Adhemar Mineiro

Alexandre Ciconello

Carlos Frederico Loureiro

Débora Santana de Oliveira

Dulce Pandolfi

Eugênia Mota

Ilma Rezende

Marcos Otavio Bezerra

Nahyda Franca

Napoleão Miranda

Nelson Delgado

Regina Novaes

Wilson Madeira Filho

Consultores Estatísticos

Luiz Marcelo Ferreira Carvano

Leonardo de Carvalho Silva

SUMÁRIO

1.	A PROPOSTA DOS CADERNOS MUNICIPAIS DOS INDICADORES DE CIDADANIA	4
2.	APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO: BREVE CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE CACHOEIRAS DE MACACU	6
3.	A REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU	8
4.	ALGUNS INDICADORES QUE REVELAM O ESTADO DA CIDADANIA NO MUNICÍPIO	14
4.1	O Direito Social e Econômico e o Direito Coletivo à Cultura	14
4.2	O Direito Social, Econômico à Saúde	27
4.3	O Direito Civil e Político à Participação e à Ação Cidadã	32
5.	OS PRÓXIMOS PASSOS E METAS DA REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU	34
	ANEXOS	37
1.	Mapa da Cidadania do Direito à Saúde	37
2.	Mapa da Cidadania do Direito à Cultura	38
3.	Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação	43

1

A PROPOSTA DOS CADERNOS MUNICIPAIS DOS INDICADORES DE CIDADANIA

O Sistema de Indicadores de Cidadania criado pelo projeto Incid é uma ferramenta composta por indicadores analíticos que tem como objetivo revelar o estado da cidadania e da democracia em 14 municípios localizados sob a área de influência do Comperj.¹ Visa ser um importante aporte à luta cidadã pela conquista e ampliação dos direitos de Cidadania, permitindo a avaliação, o acompanhamento e o controle social de políticas públicas garantidoras de direitos, ao longo do tempo.

Em sua segunda etapa o projeto tem como desafio tornar o Sistema Incid uma ferramenta reconhecida e utilizada pelas Redes de Cidadania Ativa Municipais, possibilitando a sua efetiva apropriação e uso pela Cidadania Ativa desses municípios.

Para que isso aconteça é preciso que os atores e atrizes sociais entendam e usem os indicadores para qualificar e fortalecer seus argumentos. Mais do que isso! É fundamental que a Cidadania Ativa seja, ela mesma, produtora de conhecimentos e não mera receptora. Que os indicadores sejam vistos como medidas usadas para ajudar a descrever a situação atual de um determinado problema, possibilitando comparações, verificações de mudanças ou tendências e servindo para avaliar e acompanhar as transformações do território em que vivem, podendo ser construídos e replicados autonomamente.

¹ Itaboraí, Niterói, Rio Bonito, Tanguá, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Maricá, Saquarema, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo e Teresópolis.

A discussão sobre os Indicadores de Cidadania junto às Redes de Cidadania Ativa Municipais vem sendo realizada desde janeiro de 2015. Nesse processo pedagógico de apropriação do Sistema como ferramenta, vários indicadores foram coletivamente reconstruídos, viraram “Incidinhos” (construção que permite revelar as diferenças intramunicipais) e novos indicadores foram criados e adicionados ao Sistema por demandas dos territórios. As Redes de Cidadania Municipais vêm, aos poucos, vivenciando os desafios e possibilidades que a produção e uso dos indicadores de cidadania aportam para suas lutas pela garantia de direitos.

Nesse processo, uma nova forma de produzir indicadores foi inaugurada: os Mapas da Cidadania - Indicadores-mapas que ampliam o olhar para as diferenças intramunicipais e conferem maior precisão para as análises sobre os territórios, ao jogar luz precisamente nos locais onde a cidadania ativa aponta violação de seus direitos.

A Metodologia dos Mapas da Cidadania foi construída e replicada junto às Redes em um processo que chegou ao final de sua primeira etapa em julho de 2015. Foram produzidos de forma participativa 37 Mapas sobre 5 direitos de cidadania.² Membros das Redes foram capacitados/as para realizarem medições de coordenadas geográficas com aparelhos de GPS para conferir maior precisão aos Mapas, e um rico processo de discussão sobre o estado de cada um dos direitos trabalhados foi realizado.

Os Cadernos Municipais dos Indicadores de Cidadania de cada um dos municípios refletem o processo de discussão, (re)construção de Indicadores e mapeamento participativo, expressando até onde cada uma das Redes de Cidadania Municipais chegou em seu processo de apropriação das Ferramentas do Projeto no período citado. Cabe ressaltar que os Mapas seguem sendo aperfeiçoados e completados pelas Redes com diversas discussões, levantamentos e apontamentos já realizados. Novos Mapas de diferentes direitos estão sendo construídos e serão inseridos na Plataforma Digital dos Mapas da Cidadania, disponível no site do Incid. As Redes de Cidadania Ativa Municipais constroem assim seus próximos passos avançando na elaboração de estratégias coletivas que possibilitam maior incidência sobre as decisões políticas em seus municípios e maior divulgação das informações sobre o estado dos direitos da população.

Cada Caderno Municipal dos Indicadores de Cidadania é único e representa o resultado de um amplo trabalho coletivo realizado pelas Redes de Cidadania Ativa Municipais. Boa leitura!

Equipe Incid

2

APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO: BREVE CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE CACHOEIRAS DE MACACU

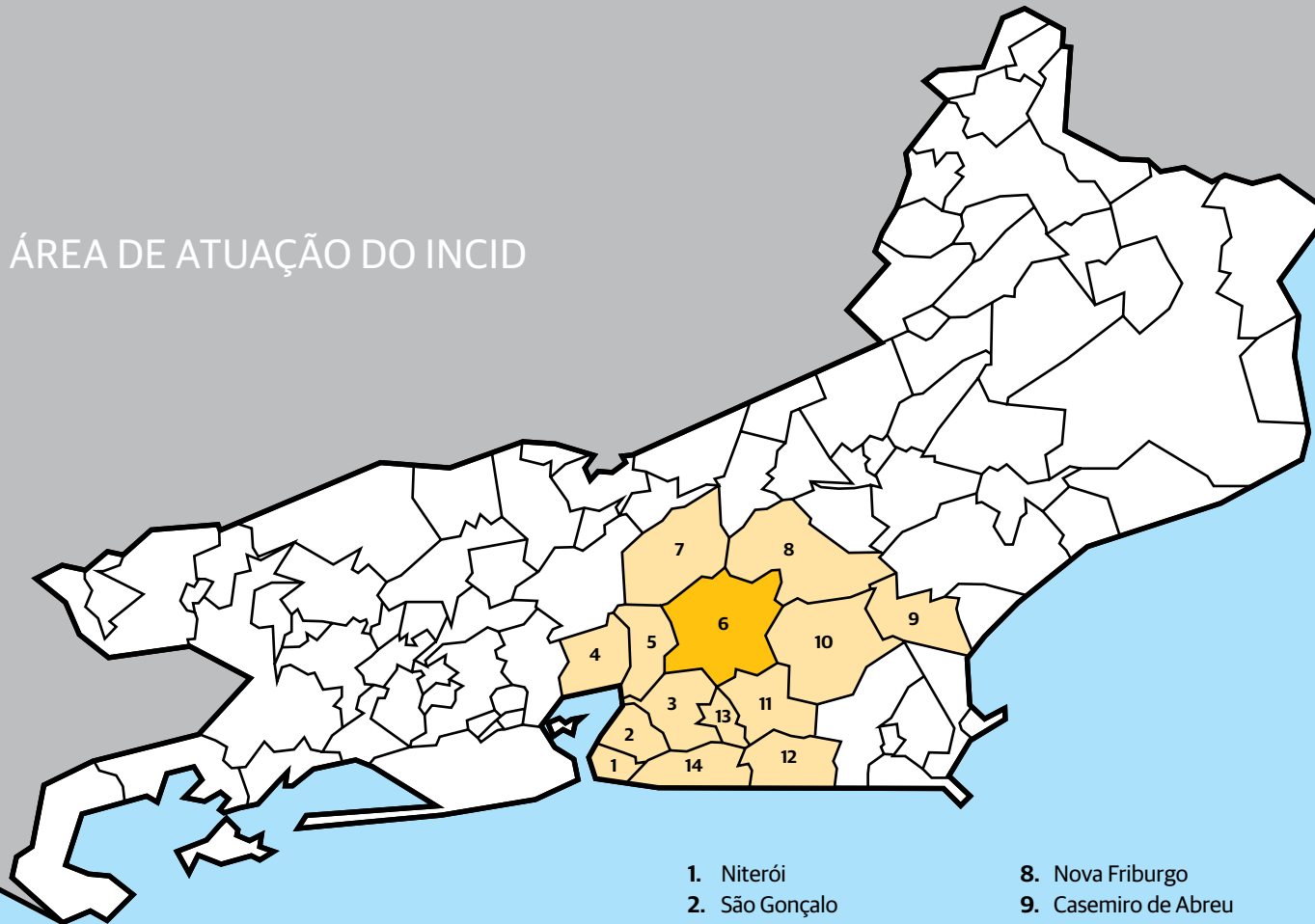
A “Cuba Brasileira”: o pulso revolucionário de Cachoeiras de Macacu

Cachoeiras de Macacu tem um vasto histórico de mobilização comunitária e de lutas populares nos mais diversos campos da cidadania, remontando especialmente à década de 1960, quando o município recebeu o sugestivo apelido de “A Cuba Brasileira”, por ocasião da implantação do regime militar de 1964. Em depoimentos coletados nas entrevistas do Projeto Memórias - que registra as lembranças dos moradores mais antigos da cidade - a fama da cidade como “reduto comunista” serviu como justificativa para uma atuação pesada das forças repressivas do Estado nos anos seguintes. Esses mesmos depoimentos dão conta de que não havia na cidade exatamente uma organização comunista sistematizada, mas tão somente um conjunto de experiências de base comunitária pulsando firme no município, alinhadas às diretrizes de reformas propostas pelo presidente João Goulart, que encontravam no então prefeito Ubirajara Muniz um elo e um forte aliado.

Os intentos ditos “subversivos” em Cachoeiras consistiam, basicamente, na intensa atuação popular realizada pelo Sindicato dos Ferroviários da empresa Leopoldina Railway - à época a maior empregadora do município -, que agitava a cidade através da dinamização das atividades culturais, esportivas e sociais da comunidade, especialmente com a realização de mutirões para construção de escolas, igrejas, campos de futebol, campanhas para melhoria de serviços públicos, como o famoso movimento da “Comissão Pró-Melhoramento de Força e Luz de Cachoeiras de Macacu”, bem como os grandes bailes de carnaval dos blocos Piratas, Caçadores e Cavaleiros do Luar e a programação dos dois cinemas (Cine Brasil e Cine Virgínia), entre outros. Somado a este espírito comunitário pujante, o sindicato era responsável pela realização das grandes greves municipais que afetavam toda a logística de transporte entre a Baixada Fluminense e a Região Serrana (a linha de Cachoeiras de Macacu unia os trechos de Itaboraí a Nova Friburgo), configurando uma das rotas mais importantes do estado do Rio de Janeiro.

Já na zona rural, a agitação ficava por conta da organização de base dos agricultores, que já nessa época mantinham Cachoeiras como um dos maiores polos produtores de alimentos do estado. O campo também vinha sendo palco de conquistas sociais relevantes, como as primeiras reformas agrárias no país e a atuação das chamadas Ligas Camponesas, que produziram diversas lideranças reconhecidas - e temidas - pelas forças políticas da época. Conta-se que havia um grupo de camponeses de São José da Boa Morte (zona rural limítrofe a Itaboraí, próximo de onde hoje está estabelecido o Comperj) que, sempre que era preciso, vinham ao centro de Cachoeiras de Macacu armados com foices e enxadas, adentravam a delegacia e o fórum da cidade e libertavam seus companheiros presos, sem que pudesse haver qualquer tipo de resistência a eles.

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID



- | | |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Niterói | 8. Nova Friburgo |
| 2. São Gonçalo | 9. Casemiro de Abreu |
| 3. Itaboraí | 10. Silva Jardim |
| 4. Magé | 11. Rio Bonito |
| 5. Guapimirim | 12. Saquarema |
| 6. Cachoeiras de Macacu | 13. Tanguá |
| 7. Teresópolis | 14. Maricá |

Esse cenário de intenso empoderamento da sociedade civil deu lugar à perseguição política durante o Golpe de 64 e inaugurou um período tenso no município, iniciado com a prisão do prefeito Ubirajara, considerado subversivo, assim como de outros nomes ligados ao Sindicato dos Ferroviários e lideranças comunitárias do campo e da cidade. Ao longo de vários anos, como resultado desse trauma do golpe, passou-se a observar um quadro crescente de conservadorismo - que acabará se refletindo na política, na economia, na vida social de um modo geral. No entanto, o clima de repressão também teve efeito contrário, estimulando em diversas categorias de base o desejo contínuo de emancipação popular e de exercício pleno da cidadania.

Dos anos 1980 até hoje: a luta organizada contra o sistema de desmobilização

Com a abertura democrática no final da década de 1980, Cachoeiras retomou seu espírito de vanguarda e estabeleceu novas frentes de atuação, desta vez inserido em um contexto bem mais conservador, que passará a ser sua marca dali para a frente.

Os anos que se seguiram testemunharam o nascimento de movimentos importantes, como o Grupo de União e Consciência Negra, o Panelão das Artes, o Sepe, o movimento ambiental, alguns conselhos de políticas públicas, associações de moradores, cooperativas, pastorais, entre outros. Atravessando períodos de alta e de baixa, esses movimentos se mantiveram fiéis aos seus propósitos e engendraram no município uma espécie de frente ampla de militância contra a desmobilização, que, segundo o educador Silvio Francisco da Silva, é *“praticada sistematicamente pelas forças obscuras que regem a cidade”*. Um exemplo disso foi a criação em 1993 do Conselho Municipal das Associações de Moradores, que reúne até 30 associações ativas em encontros com centenas de pessoas que passam a realizar o planejamento estratégico de toda a cidade. Apesar da grande notoriedade do Conselho, no entanto, a Câmara de Vereadores destituiu o movimento por unanimidade, retirando da luta muitos agentes desiludidos com a sina opressora da cidade.

3

A REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU

A Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras de Macacu surgiu no contexto desses altos e baixos, apostando em uma nova safra de militantes que se juntaram aos antigos para atuar contra o tal sistema de desmobilização. A Rede é o resultado de uma sequência de experiências recentes de mobilização da sociedade cachoeirense, entre elas a breve experiência do Orçamento Participativo (*também desistido pela Câmara de Vereadores*), a construção coletiva do Plano Diretor em 2009, as articulações promovidas pelo Fórum da Agenda 21 no período entre 2003 e 2014 e a instituição dos primeiros conselhos de políticas públicas da cidade com maioria de representação da sociedade civil (como o Conselho de Políticas Culturais e o Conselho de Turismo). Com a chegada do projeto Incid no município, inspirado pelos ideários do Ibase e da figura histórica de Betinho, um novo coletivo formado por antigas e novas lideranças se (re)encontrou, e a luta comum foi novamente posta em primeiríssimo plano.

O que passa a diferenciar a Rede de Cidadania Ativa das iniciativas anteriores é a exclusividade da participação de agentes da sociedade civil, o que a torna uma instância mais à vontade para analisar criticamente os problemas da cidade, sem qualquer tipo de comprometimento ou inibição na relação com o poder público instituído. Outro ponto forte é a capacitação e instrumentalização dos membros da Rede no uso de tecnologias sociais, como a Cartografia Social, a produção de Indicadores de Cidadania e a aquisição do kit multimídia para uso das instituições que compõem a Rede, fatores que propiciam o empoderamento e o estímulo ao protagonismo dos atores envolvidos.

Pactuada oficialmente como Rede no dia 14 de novembro de 2014, apropriou-se do diálogo inicialmente proposto pelo Incid e passou a compartilhar projetos, intercambiar

práticas locais, gerar regras de funcionamento interno e instrumentos de autogestão. Conseguiu agregar militantes das áreas da cultura, da educação, do meio ambiente, da saúde, partidos políticos, ativistas avulsos, comunicadores e estudantes, permitindo sempre a mobilidade interna que fez com que, ao longo dos meses, novos atores chegassem para “substituir” os menos assíduos, e estes por sua vez retornaram aos encontros logo depois, gerando fluxos de idas e vindas que retroalimentam a própria Rede. Cada um dos seus membros ativos continuou militando em seus campos de atuação, independentemente de poderem frequentar tão regularmente os encontros “oficiais” da Rede - como se houvesse tentáculos espalhados em cada canto da cidade, em cada bandeira levantada.

Seja na luta contra a barragem no rio Guapiaçu, seja nas greves dos professores ou na militância dentro dos conselhos, cada membro vai e volta trazendo informações, compartilhando experiências, buscando auxílio para qualificar sua luta, e a Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras segue avançando como um produtivo ponto de encontro cidadão, cujo objetivo ainda é, mesmo após quase 50 anos, superar o trauma do Golpe de 64 em uma cidade tão revolucionária e que se orgulha de colecionar tantas ações de vanguarda.

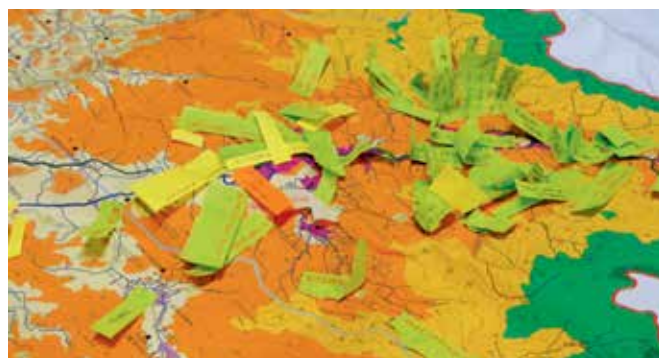
Cachoeiras de Macacu é o coração do estado do Rio de Janeiro, e sempre será.

Instituições que fazem parte da Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras de Macacu:

Associação de Capoeira Navio de Angola

A Associação de Capoeira Navio de Angola é um dos movimentos de capoeira mais antigos de Cachoeiras de Macacu, tendo sido fundada em 21 de julho de 1995 pelos mestres Carlinhos e Wallace. O grupo mantém núcleos de oficinas nos três distritos do município, distribuídos em comunidades como Serra Queimada, Maraporã, Papucaia, Japuíba, Ribeira e dezenas de outras. Segundo o Mestre Mandela (de Serra Queimada), a capoeira é o esporte com maior capilaridade no território de Cachoeiras, comparável apenas ao futebol. Através das oficinas, oferecidas gratuitamente nos polos regionais, os instrutores trabalham junto às crianças e jovens diversas noções de educação, cidadania, meio ambiente, cultura, sociabilidade e consciência corporal.

A Navio de Angola é reconhecida internacionalmente e com frequência envia instrutores para temporadas na Europa, como o mestre Alex “Molequibom”, que atua há muitos anos em Zurique (Suíça). Entre suas principais lideranças em Cachoeiras, destaque para o Mestre Bicudo (Sandro Gomes), Mestre Wallace e Mestre Mandela.



Espaço Cultural 7 Quedas Inn

Os produtores culturais Mara Fabiano e Paulo Oliveira são originários da cidade do Rio de Janeiro e mudaram em 2014 para Cachoeiras de Macacu em busca de uma melhor qualidade de vida, longe da agitação desenfreada dos grandes centros. Estabelecidos no bairro-floresta de Boca do Mato, no pé da serra, administram o Espaço Cultural 7 Quedas Inn, um local multiuso que funciona como agência de turismo, camping, hospedagem, *lounge bar* e práticas artísticas através de oficinas, vivências, encontros e espaço de confraternização. Seu ponto forte é a transformação de materiais alternativos e descartáveis em peças de decoração e utilitários, que são comercializados, fortalecendo a economia local e servindo como atrativo turístico na região das florestas e cachoeiras - como a famosa cachoeira Sete Quedas, que dá nome ao lugar.

Além do trabalho de criação artística, a instituição promove mutirões regulares de limpeza nos pontos de visitação turística (acesso aos poços, por exemplo), mapeamento, manutenção e sinalização lúdica das trilhas, de maneira voluntária. Originalmente estabelecido na subida da ladeira das Sete Quedas, onde iniciou sua atuação, o Espaço Cultural funciona atualmente à beira da RJ-116, principal via de acesso a inúmeros atrativos de Boca do Mato, como o Poço das Bru-

xas, o Jequitibá, a sede do Parque Estadual dos Três Picos, a antiga linha ferroviária e a serra que leva a Nova Friburgo.

Cras Boa Vista

O Centro de Referência da Assistência Social (Cras) é um equipamento público de acompanhamento e atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mantido pelo poder público. Os Cras funcionam em territórios onde há maior carência de serviços públicos e acesso a direitos dos usuários. No Cras são realizados atendimentos individuais, em grupos e acompanhamentos sistematizados, através de visitas domiciliares, para casos judiciais. Trabalha-se semanalmente com cultura, acessibilidade aos serviços, empoderamento de direitos, esporte, cidadania, oficinas multiculturais e terapêuticas. Também há inclusão em programas sociais como Bolsa-Família, Renda Melhor, Minha Casa Minha Vida e orientações previdenciárias para benefícios do INSS (auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-maternidade e benefícios não contributivos, como o Loas para idosos e deficientes).

A maioria das solicitações de atendimento consiste no pedido de averiguação de violação de direitos e situação extrema de pobreza ou abuso e abandono. O Cras, que tem como uma de suas principais filosofias a inclusão da família na rede e o acompanhamento para que seus direitos sejam garantidos, é como uma segunda casa para essas famílias. Pelo menos uma é.

Espaço Holístico de Terapia Complementar

Os educadores Silvio Francisco e Creuza Silva são terapeutas com formação nas áreas de: Shiatsu, Massagem Terapêutica, Reiki, Psicoterapia Reencarnacionista e Regressão Terapêutica, Reflexologia, entre outras. Seus tratamentos buscam complementar os métodos convencionais da medicina alopática, num esforço mais aprofundado de pesquisar em cada paciente as particularidades da origem de suas disfunções - que muitas vezes não se revelam apenas nos sintomas físicos manifestos. As terapias complementares compreendem o ser humano como um conjunto holístico indissociável em que corpo, mente, espírito, memória e ambiente são partes integrantes tanto da sanidade como da doença, sendo esta última a ocasião em que a sanidade é desequilibrada por algum fator interno ou externo. O tratamento complementar atua no restabelecimento desse equilíbrio, que, em conjunto com outros tratamentos, podem auxiliar o paciente nos diversos processos de cura. Nessa perspectiva, o casal estabeleceu o Espaço Holístico de Terapia Complementar, que funciona anexo à sua residência no bairro do Campo do Prado.

Silvio e Creuza possuem vasto histórico de militância comunitária em Cachoeiras de Macacu, acompanhando e protagonizando momentos importantes da cidade, como a fundação do Conselho das Associações de Moradores (1993), que chegou a reunir 30 associações ativas no mu-

nícipio, o programa municipal do Orçamento Participativo (também na década de 1990), a construção do Plano Diretor (2009) e mais recentemente a Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras, construída com auxílio do projeto Incid. Também fundaram e ajudaram a administrar a Associação Cachoeirense de Portadores de Deficiência (Acadef).

Fórum da Agenda 21

O Fórum da Agenda 21 de Cachoeiras de Macacu é um colegiado formado por representantes de quatro setores da cidade: Poder Público (1º setor), Iniciativa Privada (2º setor), Organizações Não Governamentais (3º setor) e Comunidade. O Fórum tem por objetivo elaborar, monitorar, estabelecer parcerias e estimular a execução das estratégias de desenvolvimento previstas no PLDS (Plano Local de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 21 Local, assim como promover a mobilização dos setores produtivos do município para atuação qualificada nos espaços de discussão democrática como conselhos, fóruns, associações, entre outros. O PLDS - impresso em 2011 - é um conjunto de propostas de ação construído a muitas mãos por meio de inúmeras reuniões e encontros territoriais com os quatro setores citados, cujo processo foi apoiado pelo Programa Agenda 21 Comperj, desenvolvido pela Petrobras junto a 14 municípios ao redor do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. O documento de Cachoeiras ganhou tanta notoriedade ao longo de sua compilação que serviu de base para a montagem do Plano de Governo da atual gestão municipal.

O grande diferencial da Agenda 21 de Cachoeiras é o fato de seu processo de formação ter sido anterior ao investimento da Petrobras, o que lhe rendeu um amadurecimento institucional considerável ao longo dos anos: o município já havia sido contemplado em um edital do Ministério do Meio Ambiente em 2003, ocasião em que a Reserva Ecológica de Guapiaçu (Regua) implementou a Agenda pela primeira vez na cidade. Entre as atividades realizadas pelo Fórum 21 estão o “Abraço ao Rio Macacu” (educação ambiental), “Encontros Itinerantes da Agenda 21” (reuniões promovidas em bairros) e encontros regulares abertos a toda a sociedade cachoeirense.

Jequitibá Produções

A produtora cultural Jequitibá Produções nasceu em 20 de novembro de 2014 como fruto da parceria entre os produtores culturais Aline Germano e Wellington Lyra, ambos naturais de Cachoeiras de Macacu. Estudantes da UFF nas áreas de Turismo e Antropologia, respectivamente, a dupla enxergou no diálogo entre esses dois campos um imenso potencial a ser explorado na cidade - tanto sob o ponto de vista econômico como do ponto de vista artístico-social. A Jequitibá tem por missão transformar em produtos (suvenires, CDs musicais, filmes, livros, eventos, concursos, camisetas etc.) tudo o que o imaginário cachoeirense possa inspirar. Desde as imagens das belíssimas cachoei-

ras da região até a memória ferroviária da primeira metade do século XX, passando pelos tradicionais ônibus da Expresso Guapiaçu - tudo vira marca, tudo vira identidade.

Entre as ações desenvolvidas pela produtora estão a gestão dos projetos museológicos de base comunitária “Museu da Umbanda” (que conta a história da religião brasileira), “Território Sagrado de Boca do Mato” (museu de percurso com caráter inter-religioso), “Ecomuseu do Valério” (memória ferroviária e arte popular) e “Museu da Pessoa” (banco colaborativo de memória dos moradores locais); a realização dos eventos “Concurso de Marchinhas de Cachoeiras de Macacu” (no carnaval), “Jequitibá Apresenta” (apresentações musicais autorais), “Feira Ciclos da Terra” (horta comunitária, feira de trocas, artesanato); e a gestão dos projetos Espaço Cultural Jequitibá e da rede de Geladeirotecas.

Psol - Partido Socialismo e Liberdade

O Psol de Cachoeiras de Macacu ganhou notoriedade no final de 2014 a partir da mobilização de jovens universitários que decidiram fundar o núcleo da legenda partidária no município. Inspirados pela atuação de parlamentares reconhecidos nacionalmente, como os deputados Chico Alencar, Jean Willys, Marcelo Freixo e Flávio Serafini, o grupo de militantes enxergou na criação do partido em Cachoeiras a oportunidade de estabelecer e aprofundar a discussão política acerca de temas considerados progressistas, como os direitos trabalhistas, questões étnico-raciais e de gênero, os novos modelos de educação, as bandeiras da juventude, a regulamentação das políticas de uso de drogas e outras pautas historicamente ignoradas no debate partidário da cidade.

O núcleo promove encontro regulares em espaços abertos e de maneira itinerante, buscando estabelecer uma relação de proximidade com as comunidades locais, convidando os moradores a discutirem os problemas e potencialidades de cada bairro. O Psol Cachoeiras conta, ainda, com a parceria direta dos núcleos de Nova Friburgo e de Niterói, que atuam no processo de interiorização estadual do partido.

Prisma - Associação de Preservação de Rios e Serras de Macacu

A Associação de Preservação dos Rios e Serras de Macacu (Prisma) foi criada em 15 de agosto de 1997 e fundada oficialmente em 10 de setembro do mesmo ano. A Prisma é uma instituição civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo geral buscar a harmonização de culturas humanas com os ecossistemas locais, preparando o ser humano para a conservação comunitária da natureza, em especial das riquezas naturais do município de Cachoeiras de Macacu. A razão de existir da entidade é a busca da participação da comunidade urbana e rural no município, a defesa e melhoria do ambiente através da Educação Ambiental, de campanhas, atividades em conjunto com outras entidades, em níveis privado e público, e o incentivo à recuperação e

proteção da natureza. O objetivo maior da Prisma é a defesa do meio ambiente, as matas, serras e rios, que têm como representante principal o rio Macacu (também chamado de Guapi/Macacu), maior tributário da Baía de Guanabara.

A Prisma defende a parceria com outras entidades preservacionistas, promove o intercâmbio de informações que visem à melhoria das técnicas de preservação e conservação ambiental, motivando a aplicação das melhores metodologias e o avanço do conhecimento em prol da vida. Seu representante na Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras é o biólogo Luiz Rogick, atual presidente da instituição.

Gazeta Gozada

A *Gazeta Gozada* é um projeto de jornalismo humorístico e entretenimento idealizado pelo cronista, compositor e músico João Prista, radicado em Cachoeiras de Macacu há mais de 15 anos. Seu trabalho literário já foi publicado em inúmeros jornais cachoeirenses como *A Voz da Cidade*, *Cachoeiras Notícias*, *Jornal Cachoeiras*, *O Estado do Rio*, e atualmente no jornal *O Canhoto*, além do jornal *O Globo* e alguns outros do Rio de Janeiro. O encarte *Gazeta Gozada* (que já se chamou “Kaderno de Entretenimento”) soma atualmente quase 100 edições. Além do material produzido pelo próprio autor, a *Gazeta* abre espaço para autores locais, seja no campo da poesia, da crônica ou dos quadrinhos. Uma das colunas mais famosas é a “Pristópolis”, de autoria de João Prista, que apresenta crônicas divertidíssimas sobre o dia a dia de Cachoeiras de Macacu e as peripécias particulares do autor.

Prista é frequentador assíduo dos encontros do Conselho de Políticas Culturais de Cachoeiras, tendo participado ativamente do processo de elaboração da Lei do Sistema Municipal de Cultura. Com mais de 600 músicas compostas, já realizou diversos shows na cidade, entre eles o lançamento do projeto “Acervos”, da Fundação Macatur, que resultou em um CD com suas canções, o evento PAM! Panorama Artístico de Macacu e atualmente preparando o espetáculo “Ópera de Pristópolis”, em comemoração aos seus 60 anos de idade e 45 de carreira. Tem ainda dois livros finalizados, prontos para publicação.

Rádio Comunitária Desperta FM / Desperta TV

A Associação de Radiodifusão Comunitária e Ecológica Desperta FM é uma instituição sem fins lucrativos que mantém no ar há mais de 10 anos a Rádio Desperta FM, que abrange o primeiro distrito de Cachoeiras de Macacu. Apesar de ter sido a mais jovem rádio criada na cidade, foi a única (ao lado da Rádio Cultura FM de Japuiba, que atende o 2º distrito) que conseguiu obter a licença plena de funcionamento expedida pelo Ministério das Comunicações. Sua programação diária é marcada pela diversidade musical, com especial destaque para programas jovens como o “Funk Mania”, “O Gordo” e “Ding Lause”, marcos na história da rádio como os programas “Brasileirinho” e “Juntos e Misturados com Pas-

choal Guida”, além de inúmeras entrevistas e informes locais. A Desperta FM também é reconhecida na cidade por realizar ações de educação ambiental, como a rede de coleta de óleo de cozinha usado, a campanha pela despoluição do rio Macacu e apoio a diversas instituições locais nas áreas de Cultura, Meio Ambiente e Cidadania.

Recentemente o presidente da associação, Marconis Trajano (que representa a rádio na Rede de Cidadania Ativa), liderou o processo de implementação do primeiro canal de TV comunitária da cidade, a Desperta TV, que entrou em operação em 2015. Tanto a rádio como a TV são veículos ligados diretamente aos movimentos de base da comunidade cachoeirense, sempre disponíveis para que as instituições da sociedade civil proponham a realização de programas regulares, entrevistas, campanhas informativas e divulgação de atividades ligadas à cidadania.

Projeto Memórias

O projeto Memórias é uma iniciativa do coletivo audiovisual da cidade de Cachoeiras de Macacu que visa resgatar, registrar e dar acesso à memória dos moradores com cerca de 80 anos de idade - verdadeiros museus vivos da cidade. A equipe do projeto atua voluntariamente desde fevereiro de 2013, e nesse período já realizou quase 30 entrevistas com ex-ferroviários, educadores, trabalhadores rurais, políticos, entre outros, coletando mais de 50 horas de material filmado. A proposta do projeto é transformar esse acervo de memória oral em uma série de DVDs para utilização em escolas, centros comunitários, TVs locais, cineclubes, rádios e outros espaços que tenham por objetivo conhecer, difundir e discutir a história de Cachoeiras de Macacu, contada sob o ponto de vista dos próprios moradores.

A iniciativa foi aprovada como uma das diretrizes prioritárias no eixo Produção Simbólica e Diversidade Cultural durante a realização da III Conferência Municipal de Cultura (2013), estabelecendo a prática de registro da memória oral como política estruturante do patrimônio imaterial cachoeirense. O representante do Projeto Memórias na Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras é o restaurador de móveis antigos Celino Silva, idealizador do projeto e profundo conhecedor da geografia do município - o que tem feito dele um indispensável guia local nos mapeamentos de campo feitos pela equipe Incid. Além de Celino, o Memórias é formado por Wellington Lyra (entrevistador), Jorge Costa (cinegrafista), Isabella Madrugada (cinegrafista), Denilson Siqueira (fotógrafo) e Aline Germano (fotógrafa).

Conselho Municipal de Políticas Culturais

O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Cachoeiras de Macacu foi criado pela Lei Municipal nº 1.222 de 11 de setembro de 2012, após um acúmulo de mais de 13 anos de discussões do movimento artístico da cidade. Desde o final da década de 1990 o município não contava com um Conselho de Cultura ativo, tendo sido o último deles ins-

tituído e prontamente destituído pelo poder público entre 1999 e 2000. Antes disso, Cachoeiras também teve um Conselho sancionado em 1970, no auge do período militar. O Conselho de Políticas Culturais de 2012 estabeleceu características inéditas no cenário cultural fluminense e hoje é reconhecido nacionalmente como um movimento de vanguarda no país, tendo sido inspirado no modelo do Conselho de Políticas Culturais do Recife. Ao contrário da maioria dos conselhos culturais que têm paridade em sua composição (50% de representantes da sociedade civil e 50% do poder público), o Conselho de Cachoeiras conta com 2/3 da sociedade civil, além de ser deliberativo, consultivo e de assessoramento. Seus encontros ocorrem mensalmente na sede da Fundação Macatur, onde as políticas públicas de cultura do município são debatidas e deliberadas.

Entre as principais conquistas do Conselho junto à gestão, destaque para a retomada da realização dos Fóruns Municipais de Cultura (que estavam interrompidos desde a década de 1990), a implementação da política de Gestão Compartilhada do Centro Cultural Casarão de Japuiba (hoje feita de maneira consorciada entre o órgão gestor da cultura, o grupo teatral Látex e a instrutora de dança Bernadete - os dois últimos vencedores do edital público 2014 de ocupação do espaço), e a criação do Fundo Municipal de Cultura.

A cantora e atriz Adriana Passos - representante do Conselho na Rede de Cidadania Ativa - é titular do Setorial de Música do Conselho e pela segunda vez foi eleita sua secretária (na gestão 2013-2014 e agora na 2015-2016). O Conselho é composto por oito setores ligados à produção artístico-cultural (Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Literatura, Manifestações Populares, Música, Patrimônio e Produção Cultural) e quatro setores estratégicos do governo municipal (Cultura, Turismo, Educação e Planejamento), com respectivos titulares e suplentes.

Coopass - Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar do Norte Fluminense

A Coopass atua na zona rural de Cachoeiras de Macacu há 3 anos e conta atualmente com 48 cooperados, sendo 32 agricultores familiares e 16 pescadores (ligados à Bacia de Sepetiba). A entidade possui sede na comunidade de Serra Queimada, onde desenvolve suas atividades ao lado de mais cinco associações/cooperativas produtivas, que contribuem para que o município mantenha sua liderança na produção agrícola no estado. Em 2013 a cooperativa produziu 200 mil caixas de aipim (cerca de 4.400 mil quilos), à época contando com 23 cooperados. Já em 2014, foram produzidas 278 mil caixas de aipim (6.116 mil quilos), consolidando a posição de Cachoeiras como o maior produtor de tubérculos do Rio de Janeiro. O município é responsável por 11% de toda a produção agrícola fluminense. Em relação aos tubérculos, o município detém 35% da produção estadual. Cachoeiras também detém a vice-liderança na produção de goiaba de mesa em toda a América Latina.

O representante da Coopass na Rede de Cidadania Ativa, Lenilson Biazatti, é militante do movimento contra a construção da barragem no rio Guapiaçu e um dos articuladores locais do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O MAB recentemente produziu um filme chamado *Guapiaçu - um Rio de Janeiro ameaçado* que documenta a luta dos agricultores e a violação de direitos relacionados à questão da barragem no 3º distrito. Além disso, Lenilson é instrutor de capoeira pelo grupo Navio de Angola, na comunidade de Papucaia.

Centro Cultural Casarão de Japuiba

O Centro Cultural Casarão de Japuiba Sara Nascimento Azevedo é o principal equipamento cultural público do 2º distrito de Cachoeiras de Macacu, situado no centro histórico da cidade. O Casarão data do século XIX e é o único remanescente da antiga Fazenda de Sant'Anna, tendo se tornado um espaço cultural no ano de 2011. Em 2013, se tornou o primeiro espaço público da cidade a implantar o regime de gestão compartilhada em conjunto com a sociedade civil. Nessa experiência pioneira, o grupo Látex - Laboratório de Artes e Teatro Experimental - apresentou à Fundação Macatur o projeto de compartilhamento das oficinas oferecidas no Casarão, passando a assumir as turmas de teatro e dança, enquanto a Fundação mantinha as aulas de música e desenho, além da administração geral do equipamento. Em 2015, após a avaliação da experiência de 2013, a gestão compartilhada foi regulamentada através de um edital público em que qualquer grupo cultural ou artista poderia inscrever sua proposta.

O Casarão de Japuiba atende cerca de 230 crianças, jovens e adultos com oficinas de Teatro, Balé, Dança de Salão, Canto, Desenho e Capoeira. Além das oficinas, conta com uma Sala de Memória com exposição permanente de fotos, documentos e objetos referentes à história do município; um Memorial à Escravidão, onde foram reproduzidas cenas de uma senzala com esculturas em tamanho real inspiradas nas pinturas de Rugendas e Debret, e um cineclub. O Casarão realiza atividades artísticas regulares, como shows musicais, espetáculos de teatro, seminários e eventos literários. O evento mais expressivo da casa é o “Sarau Musical do Casarão”, que ocorre mensalmente por iniciativa de músicos locais como o percussionista Márcio Campos, os tecladistas Léonidas Costa e Albelino Carvalhaes e o cantor Élisson Rodrigues, também diretor do Casarão e seu representante na Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras.

Batalha da Rodô

A Batalha da Rodô é um movimento cultural estabelecido no terminal rodoviário de Cachoeiras de Macacu há cerca de um ano, que promove mensalmente batalhas de *rap* entre cantadores de Cachoeiras, Nova Friburgo, Itaboraí, São Gonçalo e diversos outros municípios. As batalhas consistem na improvisação de versos cantados a partir de temas atuais que são sugeridos pela plateia. Os *rappers* costumam

versar sobre os diversos temas de maneira crítica e bem-humorada, o que transforma a arena da batalha num imenso espaço de reflexão, contestação e exercício da cidadania. Cada edição do evento conta, ainda, com um grupo ou artista convidado, que realiza um show de abertura.

A Batalha da Rodô é uma realização da *crew* Destrua, coletivo formado por jovens da cidade especializados nas áreas de vídeo, grafite e produção cultural. Seus representantes na Rede são Alexandre Sonzeira e Rafael Montenegro, militantes da cultura urbana. Alexandre também atua no festival de cinema MacacuCine, reconhecido como uma das principais ações de audiovisual e educação do estado do Rio de Janeiro. O MacacuCine segue para sua 9ª edição no município, e já realizou edições extras nas cidades de Foz do Iguaçu, Salto (Uruguai), Buenos Aires (Argentina) e se prepara para desembarcar em Angola, no continente africano.

Sepe - Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação possui em seu núcleo municipal de Cachoeiras de Macacu uma das representações mais engajadas nas questões de cidadania da região. Formado por uma rede de centenas de professores, diretores e demais agentes escolares, o Sepe-CM é responsável por mobilizar a categoria e discutir as pautas relacionadas a valorização profissional, direitos trabalhistas, infraestrutura pública das unidades escolares, fiscalização do cumprimento do Plano Municipal de Educação, qualidade no atendimento aos alunos e outros assuntos pertinentes.

O sindicato possui vasto histórico de militância no município e suas manifestações de rua são conhecidas por concentrar grande número de pessoas no centro da cidade, atraindo a participação de estudantes e moradores que apoiam suas bandeiras de luta. Em 2011, o Sepe realizou uma das maiores greves da história de Cachoeiras, que paralisou as aulas durante meses e contou até com acampamento dos educadores na Praça Manoel Diz Martinez, em frente ao prédio da prefeitura municipal. Na época, Cachoeiras detinha um dos piores salários do Rio de Janeiro.

4

DIREITO SOCIAL E ECONÔMICO E O DIREITO COLETIVO À CULTURA

4.1 - O DIREITO SOCIAL E ECONÔMICO E CULTURAL À CULTURA

Fazem parte da Cultura o conjunto de conhecimentos, costumes, ideias, comportamentos, símbolos, manifestações artísticas e técnicas, crenças e práticas sociais que são passados de geração em geração pelos seres humanos em sociedade. Ela inclui, contudo, elementos com práticas e subjetividades específicas.

DIREITO À CULTURA

OS DOCUMENTOS, AS OBRAS DE ARTE, AS TÉCNICAS, OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS, OS BENS NATURAIS E E OS PRODUZIDOS PELA HUMANIDADE, MATERIAIS OU IMATERIAIS DE VALORES HISTÓRICO, ARTÍSTICO E/OU CULTURAL ETC COM SUAS POSSIBILIDADES DE EXPRESSÕES ILIMITADAS, SÃO BENS COMUNS E COLOCAM O DIREITO À CULTURA ENTRE OS DIREITOS COLETIVOS. AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS SÃO PRODUZIDAS COLETIVAMENTE, RESULTAM DA INTERAÇÃO E DA CRIATIVIDADE HUMANA QUE SÓ FAZEM SENTIDO SE FOREM DESENVOLVIDAS E APROPRIADAS COLETIVAMENTE. JÁ O ACESSO AO CONSUMO CULTURAL E A TODAS AS FORMAS QUE AUXILIAM NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA ARTÍSTICA, NA PRODUÇÃO E NA REPRODUÇÃO CULTURAL É PARTE DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. O DIREITO À CULTURA É CONSIDERADO, DIZ RESPEITO AO ACESSO ÀS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS E DEVEM SE DAR DE FORMA IGUALITÁRIA A TODOS E TODAS SEM PRIVILÉGIOS.

A política cultural, nesse sentido, deve considerar o princípio do pluralismo cultural e ser capaz de facilitar a participação popular na concepção e gestão de suas políticas. O Direito à Cultura representa o respeito à memória coletiva, o respeito à universalidade e, ao mesmo tempo, às especificidades que determinados grupos possuem e que são condições necessárias para sua reprodução cultural e social. Democratizar a cultura é dar condições a todos e todas, independentemente de sua condição social, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio ou ocupação, de acessar bens e serviços culturais com igualdade de oportunidades.

O Mapa da Cidadania do Direito à Cultura, produzido pela Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras de Macacu, busca dar visibilidade aos valores, patrimônios, expressões, equipamentos e espaços culturais.

A cultura é o reflexo do modo de vida de uma sociedade, é a identidade de um povo. É pela cultura que se definem os modos de agir e pensar coletivamente enquanto um grupo social.

Um processo de desenvolvimento sustentável, em que as estruturas tradicionais sejam conservadas, valorizadas e contempladas em seu projeto, representa um enorme desafio posto aos/as gestores/as públicos/as e à cidadania ativa de forma a garantir que sejam valorizadas como referência de uma diversidade criativa e cultural, como referência e identidade àquelas/es que vivem e constroem o território em sua vida cotidiana. Assim como o diálogo entre o tradicional e o novo, valorizando também as formas de expressão cultural que surgem com as novas gerações.

Os aspectos legais que garantem a proteção e manutenção de documentos, obras, monumentos, paisagens naturais, sítios arqueológicos e bens de valores histórico, artístico e cultural que devem ser garantidos pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios e o esforço que cada unidade da federação implementa, fala da cidadania garantida, eles precisam também ser contemplados nessa análise.

Os Direitos Culturais, no Brasil, encontram-se normatizados na Constituição Federal de 1988, que reconhece que todas/os as/os cidadãs/ãos brasileiras/os devem ter o efetivo exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional e a liberdade das manifestações culturais.³ É papel estatal financiar atividades culturais que garantam a preservação da diversidade das manifestações culturais.

As políticas de efetivação do direito de acesso à cultura se deram, principalmente, pela Constituição Federal, pela Lei Rouanet,⁴ pelo Programa Nacional de Cultura e pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, que representam marcos significativos na trajetória das políticas relativas à cultura no Brasil.

O PLANO NACIONAL DE CULTURA (PNC) TEM A FINALIDADE DE PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA ENTRE SEUS OBJETIVOS ESTÃO "O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ASSEGUREM O DIREITO CONSTITUCIONAL À CULTURA; A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA DIVERSIDADE ÉTNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL; A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À PRODUÇÃO E FRUIÇÃO DA CULTURA EM TODO O TERRITÓRIO; A INSERÇÃO DA CULTURA EM MODELOS SUSTENTÁVEIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA PÚBLICO E PARTICIPATIVO DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS." ([HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/PLANO-NACIONAL-DE-CULTURA-PNC](http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc)). O SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS (SNIC) É UMA PLATAFORMA QUE VISA OFERECER INFORMAÇÕES AOS AGENTES CULTURAIS E À SOCIEDADE COMO UM TODO ATRAVÉS DO CADASTRO E CONSULTA DE INFORMAÇÕES CULTURAIS ATUALIZADAS. O SNIC PERMITE A COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E OFERECE TAMBÉM METODOLOGIAS E PARÂMETROS À MENSURAÇÃO DA ATIVIDADE DO CAMPO CULTURAL E DAS NECESSIDADES SOCIAIS POR CULTURA. DESSA FORMA, PRETENDE AJUDAR NA FORMULAÇÃO, NO MONITORAMENTO, NA GESTÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. O SNIC ESTÁ EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO ([HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/SISTEMA-NACIONAL-DE-INFORMACOES-E-INDICADORES-CULTURAIS-SNIC](http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-informacoes-e-indicadores-culturais-snic)).

3 "Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais."

4 A Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, conhecida como a Lei de Incentivo à Cultura ou Lei Rouanet, implementou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), cuja finalidade é estimular "a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, entre outras funções. O Programa estabeleceu os seguintes mecanismos de apoio: Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), Incentivo Fiscal e Fundo Nacional da Cultura (FNC). O primeiro consiste na comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos, de cunho comercial, com participação dos investidores nos eventuais lucros, mas, até o momento, não foi implementado. (Ministério da Cultura. Pronatec: <http://www.cultura.gov.br/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>. Texto atualizado em 03/07/2014 e acessado em 21/08/2015.)

O Plano Nacional de Cultura - PNC conta com a participação dos Poderes Executivo Federal e Legislativo e da sociedade civil. Este tem como meta o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020. Atualmente, isso representaria 1.750 novos Pontos de Cultura por ano até 2020.

O PONTO DE CULTURA É UMA AÇÃO DO PROGRAMA CULTURA VIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA-MINC QUE, DESDE 2007, APOIA INICIATIVAS CULTURAIS BEM-SUCEDIDAS DA SOCIEDADE CIVIL. ELAS INTERAGEM COM PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO E DE OUTROS MINISTÉRIOS, COMO ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL, ELAS POSSUEM CERTIFICADO DO MINISTÉRIO DA CULTURA E TÊM O PODER DE PENETRAR NOS TERRITÓRIOS, NAS COMUNIDADES EM SETORES VULNERÁVEIS E MÉDIOS (JUVENTUDE URBANA, PERIFÉRICA, UNIVERSITÁRIA, JOVENS ARTISTAS, ETC.) CAPAZES DE PARTIR DA CULTURA E DESENVOLVER UMA DISPUTA SIMBÓLICA E ECONÔMICA COM NOVOS ARRANJOS PRODUTIVOS, FAZENDO DA CULTURA UMA ALTERNATIVA DE VIDA, DE TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL. NESSE PROCESSO FAZEM PARTE OS PONTOS DE CULTURA VOLTADOS PARA ARTICULAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CAPACITAÇÃO, TROCA DE EXPERIÊNCIAS E AÇÕES CONJUNTAS DE ATIVIDADES CULTURAIS EM PARCERIA COM AS REDES REGIONAIS, IDENTITÁRIAS, TEMÁTICAS DE PONTOS DE CULTURA E COM GOVERNOS LOCAIS, FUNDAMENTAIS PARA A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS.

Efetuar um mapeamento participativo relativo ao direito à cultura que dê visibilidade à localização dos espaços de cultura nos municípios e, ao mesmo tempo, visibilize as carências e desigualdades do acesso à cultura é o objetivo geral da proposta dos Mapas do Direito à Cultura.

A cidadania ativa de Cachoeiras de Macacu participou da construção do Mapa da Cidadania do Direito à Cultura do município, que contém 132 elementos culturais. Destes, foram identificados:

- 67 Equipamentos Culturais,
- 59 Patrimônios Culturais Materiais,
- 06 Patrimônios Culturais Imateriais.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL ESTÁ RELACIONADO AOS SABERES, ÀS HABILIDADES, ÀS CRENÇAS, ÀS PRÁTICAS E AO MODO DE SER DE PESSOAS E GRUPOS. EXEMPLOS: CONHECIMENTOS TÍPICOS DE DETERMINADAS COMUNIDADES; RITUAIS E FESTAS RELIGIOSAS; MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS, MUSICAIS, PLÁSTICAS, CÊNICAS E LÚDICAS; ESPAÇOS DE REPRODUÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS COMO FEIRAS, SANTUÁRIOS, PRAÇAS, ETC.

Os Equipamentos Culturais destacam-se por sua variedade em Cachoeiras de Macacu. Entre eles estão os clubes e os grêmios, espaços gastronômicos, centros culturais, escolas ligadas à produção artística, espaços ecológicos, igrejas, praças, coretos, sociedades musicais, entre outros. Apenas uma biblioteca foi identificada nesse Mapa, a Biblioteca de Japuiba.

Alguns equipamentos mantidos por instituições da sociedade civil oferecem oficinas variadas como música, teatro, dança, desenho, pintura e outras atividades e serviços ligados à vida cultural e artística do município, como o Espaço Cultural Em Nós, o Espaço Cultural Terra e Liberdade, o Laboratório de Artes e Teatro Experimental (Latex), o Espaço Cultural Dorvalino Nogueira, o Espaço Cultural Jequitibá, o Centro de Arte e Cultura Espaço Livre (sede do Ponto de Cultura Se Liga na Praça), o Reação Fotografia, o Red Fox Tatroo Studio, o Estúdio Ipê Amarelo, o Estúdio do Jâmerson e o Estúdio Artêntico & Arte da Alma.

ESPAÇO CULTURAL / EQUIPAMENTO CULTURAL

ESPAÇO CULTURAL OU EQUIPAMENTO CULTURAL É UM LOCAL ONDE OCORREM TROCAS E DISSEMINAÇÕES DA CULTURA. NELE, OS CIDADÃOS E CIDADÃS PODEM TER ACESSO A BENS E SERVIÇOS CULTURAIS. EXEMPLOS: MUSEU, TEATRO, SALA DE ESPETÁCULO, ARQUIVO PÚBLICO, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, CINEMA E CENTRO CULTURAL.

Clubes, grêmios recreativos, bares e restaurantes identificados como equipamentos culturais realizam eventos de lazer e divulgação de atividades, promovendo a disseminação de talentos artísticos próprios do município. O Espaço Cultural & Bar 7 Quedas Inn, o Armazém da Gula, o Bar Bom Canto, o Botequim Imperial, o Clube Recreativo Piratas, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Japuiba, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Ganguri, a Sociedade Musical de Japuiba, o Corredor Cultural Nicomedes Arruda, o Esperança Clube da Melhor Idade,⁵ o Restaurante Sol Nascente e o Restaurante Ponto de Encontro Leopoldina têm atividades culturais com artistas cachoeirenses. Este último realiza o Encontro de Poetas, exposição de fotos e pinturas sobre a antiga ferrovia.

Nesse sentido, também as praças da Boa Vista, da Ribeira, a de Boca do Mato, a do Faraó, a do Parque Veneza, a Duque de Caxias, a Maria Zulmira Torres e a Manoel Diz Martinez recebem eventos, em especial shows musicais. A Praça dos Colonos possui um anfiteatro ao ar livre, comportando ainda melhor as atividades culturais.

Os eventos de maior porte são realizados em locais maiores como o Cachoeiras Country Clube, o Terminal Rodoviário e o Parque de Exposições de Cachoeiras de Macacu. A Sociedade Musical Recreativa 10 de Outubro, onde funcionavam a antiga sede da banda de música da cidade e uma escola de música, é sinalizada no Mapa de Cultura como Patrimônio Material.

Cachoeiras de Macacu promove eventos característicos de significativas expressões culturais em que os grupos culturais e artistas do município apresentam seus experimentos artísticos, vários tipos de produção local como poesia, dança, teatro, vídeo, música, exibição de curtas produzidos pelos artistas locais etc. Os cineclubes servem também de espaços onde algumas dessas expressões são difundidas. Nesse contexto, o Cineclube Em Nós e o Cachoeiras Cineclube, que funciona no Cine Teatro Paschoal Guida, são importantes e contribuem para o acesso à cultura a partir da exibição de filmes à comunidade.

A produção artística em Cachoeiras de Macacu é fértil. Em alguns equipamentos culturais estão expostos

EXPRESSION CULTURAL

A EXPRESSÃO CULTURAL É RESULTADO DA CRIATIVIDADE DOS INDIVÍDUOS, DOS GRUPOS, COMUNIDADES E DA SOCIEDADE. ELA É DOTADA DE DIMENSÕES SIMBÓLICAS E ARTÍSTICAS QUE RETRATAM OS VALORES CULTURAIS DAQUELES QUE A DESENVOLVEM. SUA TRANSMISSÃO SE DÁ POR ATIVIDADES, BENS E SERVIÇOS CULTURAIS.

DEVIDO AO GRANDE NÚMERO DE EXPRESSÕES CULTURAIS IDENTIFICADAS EM CACHOEIRAS DE MACACU, ELAS NÃO ESTÃO REPRESENTADAS NO MAPA DO DIREITO À CULTURA IMPRESSO. ENTRETANTO, ESTARÃO CONTEMPLADAS FUTURAMENTE NO MAPA PRESENTE NA PLATAFORMA ONLINE. ALGUNS GRUPOS CULTURAIS RESPONSÁVEIS POR ESSAS EXPRESSÕES SÃO CITADOS A SEGUIR:

ARTE NO POSTE, BANDA ATHOS, BANDA BENDITA, BANDA AO ALHO E ÓLEO, ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DO MACACU, ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS AVIVA MACACU, CERCA DE 30 BLOCOS DE CARNAVAL, CARNAVAL QUE EU BRINQUEI E VOCÊ NÃO BRINCOU, CHEIRO DE BORORÓ CICLOMACACU, COLETIVO BAMBUNAMENTE, COLETIVO DING LAUSE, BANDA CORDEL NÓ-DE-SERRA, CURTA SÃO JOSÉ, DESPERTA TV, DESTRUA, FOLIA DE REIS, GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE CACHOEIRAS DE MACACU (GRUCON), GRUPO CIRANDARIA, HQFAN, BANDA JURÁSSICA, LABORATÓRIO DE QUADRINHOS, BANDA MDR, MUSEU DA PESSOA, NÚCLEO DE PESQUISA EM CAPOEIRA ANGOLA ARA AVE, BANDA CAMARADA MATAÇAL, BANDA URKO, BANDA CALIBRE 66, BANDA CLAMATOR, BANDA DESORDEN E REGRESSO, PAPO DE SAMBA, POR AÍ COM CELULAR, PROJETO MEMÓRIAS, PROJETO REFIL, PROJETO TRIBUTOS, TUIM VÍDEOS, TV CACHOEIRAS E VYRUS SURVIVOR.

⁵ Esperança clube da Melhor Idade funciona na antiga sede do bloco de carnaval Cavalheiros do Luar. Nele são realizadas oficinas de dança e bailes.

pinturas, esculturas e artesanatos. Como exemplo, o Armazém In Cenna, a loja Abreu Artesanato, a Associação de Artesãos Mãos de Macacu, o Parque Terra Santa (com esculturas que contam a história de Jesus Cristo), a Pousada Chalé do Capitão, o Parque de Esculturas Arca de Noé, a Pousada do Escultor (com uma galeria de esculturas do artista Paulo Massena) e a Raul e Vani Esculturas.

Alguns patrimônios materiais como o Monumento aos Ferroviários, Agricultores e Comerciantes, feito pelo falecido escultor e ex-ferroviário Maurillo Pinheiro, e o Monumento Os Caipiras, em homenagem a Chico Voador, são exemplo do valor dado a essas manifestações culturais e artísticas no município.

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL É ALGO CONCRETO (BEM MÓVEL OU IMÓVEL) QUE POSSUI VALOR CULTURAL ELE PODE SER DE NATUREZA ARQUEOLÓGICA, PAISAGÍSTICA E ETNOGRÁFICA; HISTÓRICA; BELAS-ARTES; E DAS ARTES APLICADAS. EXEMPLOS: NÚCLEOS URBANOS, COLEÇÕES, SÍTIOS (ARQUEOLÓGICOS E PAISAGÍSTICOS) E ACERVOS (MUSEOLÓGICOS, DOCUMENTAIS, BIBLIOGRÁFICOS, ARQUIVÍSTICOS, VIDEOGRÁFICOS, FOTOGRÁFICOS E CINEMATOGRÁFICOS).

O Conjunto Arquitetônico da rua Serafim Coelho Gomes (que inclui a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o prédio antigo do Bar do Gulilinho), os Engenhos de Farinha do Faraó, o prédio do antigo Cinema Brasil/ Cine Baile Brasil (que hoje abriga uma Igreja Universal), o prédio do antigo Cine Virgínia (hoje um banco), o Relógio de Sol Vertical,⁶ as ruínas da Igreja de São José da Boa Morte, da Igreja Santíssima Trindade, do Armazém São José, o Grupo Escolar Quintino Bocaiuva (onde funcionava a antiga biblioteca), o prédio do antigo Fórum, o prédio da Igreja Batista Central e o da Assembleia de Deus, a Igreja Nossa Senhora da Glória e a Igreja de Sant'Anna de Japuíba são alguns elementos arquitetônicos que compõem os bens do Patrimônio Cultural Material que precisam ser reconhecidos e estão visibilizados no Mapa Do Direito à Cultura de Cachoeiras de Macacu pela sua importância histórica e cultural.

Japuíba foi a primeira sede do município de Cachoeiras de Macacu e guarda vestígios de um passado que ainda se faz presente na memória dos mais idosos. O Centro Histórico de Cachoeiras de Macacu em Japuíba, composto pelo Casarão de Bertholdo, o Casarão de Japuíba, a Igreja de Sant' Anna, a Sapucaeira e o Coreto, configura o Mapa do Direito à Cultura de Cachoeiras de Macacu como parte importante dos bens do Patrimônio Cultural Material. Junto a ele, estão o Antigo Centro Tratorista (onde funcionava a escola agrícola Cândido Rondon), o Memorial da Escravidão e todos os bens identificados como parte do Patrimônio Ferroviário no município que contribui para a preservação da identidade cultural de Cachoeiras de Macacu.

Identificada como a “Cidade dos Ferroviários” pela população residente no centro do município, Cachoeiras de Macacu é marcada pela presença de fragmentos da antiga estrada de ferro que ligava Niterói a Cantagalo. Com isso, chamam a atenção no Mapa do Direito à Cultura do município os bens do patrimônio ferroviário.

A ESTRADA DE FERRO NITERÓI - CANTAGALO TINHA INÍCIO EM MARUÍ (NITERÓI), PASSANDO POR PORTO DA MADAMA, SÃO GONÇALO ALCÂNTARA, GUAXINDIBA, ITAMBI, PORTO DAS CAIXAS, SAMBAETIBA, PAPUCAIA, SANTANA DE JAPUÍBA, CACHOEIRAS DE MACACU, BOCA DO MATO E NOVA FRIBURGO. O TRAJETO DE CACHOEIRAS DE MACACU A NOVA FRIBURGO FUNCIONOU DE 1873 A 1964, O PRIMEIRO TRECHO INAUGURADO EM 1860, LIGAVA PORTO DAS CAIXAS A CACHOEIRAS DE MACACU.

Essa estrada deixou várias marcas de sua presença: o Antigo Manobreiro Ferroviário de Boca do Mato; a Casa de Troca de Freio e as Casas de Turma de Boca do Mato e do Valério; a Estação Ferroviária de Papucaia; a Parada Ferroviária do Valério e outras ao longo da linha; as Pontes Ferroviárias e pontilhões do Parque Veneza (estrada do Faraó), do Centro, da Castália, do Valério, de Boca do Mato, Japuíba, Papucaia, entre outras; o Viaduto de Boca do Mato, o Muro Ferroviário de Pedra no Valério, o Posto Pena e a atual Pousada Estação Boca do Mato, que era a antiga Estação Ferroviária de Boca do Mato.

Os bens materiais ligados aos recursos hídricos também ganham destaque no Mapa da Cultura de Cachoeiras de Macacu. Nele estão presentes o Aqueduto de Santa Fé, as ruínas da Caixa-D'Água do Posto Pena, a Fonte da Vila

⁶ O Relógio de Sol Vertical foi considerado o segundo maior do Brasil quando foi inaugurado, em 1990, atrás apenas do Relógio de Brasília, projetado por Oscar Niemeyer.

Indiana, a Fonte e Chafariz do Leão do Valério, o do Centro e o do Ganguri, a Represa da Cedae no Rio de Souza, o Reservatório de Água Desativado da Cedae no bairro Valério e a também desativada Usina Hidrelétrica do Tuim.

Algumas ruínas religiosas remontam à presença católica do século XVII, como as Ruínas das Igrejas de São José da Boa Morte e da Santíssima Trindade.

Unidades de Conservação como a APA Macacu, a Reserva Ecológica de Guapiáçu (Regua) e o Parque Estadual Três Picos foram inseridas no Mapa do Direito à Cultura de Cachoeiras de Macacu porque são utilizadas como equipamentos culturais, uma vez que comportam eventos culturais. No caso da APA Macacu, o espaço é utilizado para as reuniões do Fórum Permanente de Religiões de Matriz Africana.⁷

A história da umbanda, religião brasileira formada por elementos do catolicismo, do espiritismo e das culturas africana e indígena, tem uma raiz em Cachoeiras de Macacu. O médium Zélio Fernandino de Moraes (1891-1975), considerado o codificador da religião umbandista, fundou a Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade (Tensp) em 16 de novembro de 1908 em Neves, São Gonçalo, com a manifestação da entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas, que anuncia a umbanda. Zélio torna-se morador de Cachoei-

ras em 1946, quando então funda a Cabana de Pai Antônio, onde passa a realizar atendimentos espirituais. Ao passar a direção da Tensp para suas filhas, Zélia e Zilméia, na década de 1960, a instituição passa a funcionar em Boca do Mato junto da Cabana de Pai Antônio, onde funciona até hoje. Devido ao recorte histórico da religião no município, foi instituído em 2014 o projeto Museu da Umbanda, um museu de percurso que contempla a visitação à Tenda, à Travessa Zélio de Moraes e à antiga residência do médium.

Os centros de umbanda e terreiros de candomblé de Cachoeiras de Macacu foram considerados Patrimônios Materiais e Imateriais pela Rede de Cidadania de Cachoeiras, e seu mapeamento será feito pelo projeto “Mapa da Fé”, de iniciativa da própria Rede, onde também estará representada a Tribo da Força⁸ presente nesse Mapa da Cidadania do Direito à Cultura de Cachoeiras de Macacu como equipamento cultural.

Estão representadas também iniciativas de museus comunitários a céu aberto como o Território Sagrado de Boca do Mato (que garante a percepção de uma relação com a coexistência multirreligiosa no bairro), o Território EcoCultural da Serra (percurso da antiga linha ferroviária) e o Ecomuseu do Valério.

MUSEU DA UMBANDA

O PROJETO MUSEU DA UMBANDA SURTIU COMO PROPOSTA DE CACHOEIRAS DE MACACU NA 1ª CONFERÊNCIA SÓCIOAMBIENTAL DO CONSELHO COMUNITÁRIO REGIONAL DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (CONCRECOMPER), OCORRIDA EM 2008. O PERCURSO INAUGURAL SE DEU EM 2014 REALIZADO PELA REDE DE MUSEOLOGIA SOCIAL DO RIO DE JANEIRO E COM A PARTICIPAÇÃO DE ESPECIALISTAS NA ÁREA DA MUSEOLOGIA SOCIAL E DA MEMÓRIA LIGADOS À UNIRIO, À UFF, PONTOS DE MEMÓRIA, ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS, À TENDA ESPÍRITA NOSSA SENHORA DA PIEDADE, TERREIRO ILÊ AXÉ OMIN E À IGREJA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. (MUSEU DA UMBANDA - CACHOEIRAS DE MACACU RJ. [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/MUSEUDAUMBANDARJ](https://www.facebook.com/museudaumbandarj))

⁷ O Fórum Permanente de Religiões de Matriz Africana é uma iniciativa das casas de umbanda e candomblé de Cachoeiras de Macacu e região que foi criado como deliberação do 1º Fórum de Educação Ambiental em Religiões de Matriz Africana em 20 de junho de 2015, e tem por objetivo promover discussões sobre a cidadania ligada às práticas religiosas dessas casas.

⁸ O grupo neoxamânico Tribo da Força é apontado como um equipamento cultural que contribui para a disseminação da inter-religiosidade em torno da espiritualidade trazida pela ingestão da *ayahuasca*. A *ayahuasca* é uma bebida de origem indígena originária da região amazônica utilizada para fins religiosos por diversos grupos.

Cidadania Vivida

Cachoeiras de Macacu é alimentada culturalmente por movimentos que se destacaram especialmente a partir da década de 1980: Mar É Música (espetáculo teatral de 1980-1981); Movimento Cultural Maestro Waldemar Navega (sequência de atividades ao longo do ano de 1982); Panelão da Arte (encontro multicultural de 1982); Rock Noel (festival de música surgido em 1984 como “A Noite do Rock Noel”, ativo até hoje); Associação de Artistas Aviva Macacu (2007-2012); Conselho de Políticas Culturais (criado em 2012); Banda 10 de Outubro (1941-1986, tocava em coretos); os grandes blocos de carnaval (Piratas, Cavalheiros do Luar, Caçadores); Festival da Canção (1981); projeto Músicos da Terra (década de 1980); Festival Canta Cachoeiras (década de 1990); o Banho à Fantasia;⁹ os cinemas (Cine Brasil, Cine Virgínea), a Associação Cachoeirense de Letras; o Casarão de Japuiba (2011); o Centro Intereducacional de Cultura e Artes (2007) e outros.

Além da Biblioteca de Japuiba, que está presente no Mapa, uma outra biblioteca de referência faz falta em Cachoeiras de Macacu. A biblioteca municipal que funcionava no antigo Grupo Escolar Quintino Bocaiuva, localizado no centro do município, está inativa desde 2013, e seu acervo, guardado na Vila Olímpica, já sofreu danos e perdas irreparáveis. O prédio está vazio e necessitando de reformas. Ultimamente, esse fato tem recebido a atenção do Conselho de Cultura do município.

"NÃO PODEMOS ACABAR COM O QUE TEMOS. A BIBLIOTECA DO CENTRO DE CACHOEIRAS FOI FECHADA RECENTEMENTE. O ESPAÇO ERA MUITO UTILIZADO PELOS JOVENS PARA ESTUDAR PARA CONCURSO PROVAS, VESTIBULAR. OS IDOSOS COSTUMAVAM LEVAR SEUS NETOS. ERA UM LUGAR NEUTRO E CALMO PARA ESTUDAR UM LOCAL ONDE AS CRIANÇAS PASSAVAM SEUS HORÁRIOS VAGOS DA ESCOLA PARA APRENDER COISAS NOVAS." (GRUPO DE DIÁLOGO/ REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU)

A BIBLIOTECA MUNICIPAL CÔNEGO LEOCÍLIO NUNES, QUE FOI FECHADA EM 2013, POSSUÍA O MAIOR ACERVO DO MUNICÍPIO E FUNCIONAVA NO CENTRO DA CIDADE. O EQUIPAMENTO É ADMINISTRADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E ESTAVA ALOCADO PROVISORIAMENTE NO PRÉDIO DO ANTIGO FÓRUM, SITUADO NA AVENIDA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA. EM FEVEREIRO DE 2015, FOI INICIADO UM MOVIMENTO DE ARTICULAÇÃO ENTRE O SETORIAL DE LITERATURA DO CONSELHO DE POLÍTICAS CULTURAIS, A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A FUNDAÇÃO MACATUR (ÓRGÃO GESTOR DA CULTURA), PARA SE REALOCAR A BIBLIOTECA NO PRÉDIO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR QUINTINO BOCAIUVA. EM AGOSTO DE 2015, O CONSELHO INDICOU QUE A GESTÃO DO PRÉDIO DO QUINTINO PASSE À FUNDAÇÃO MACATUR, QUE OBJETIVA UTILIZAR O ESPAÇO PARA ABRIGAR O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA), UM CENTRO DE MEMÓRIA OU MUSEU E A BIBLIOTECA MUNICIPAL.

As religiões e a cultura de matriz africana também têm representações de destaque no Mapa do Direito à Cultura de Cachoeiras de Macacu. O Fórum Permanente de Matriz Africana, o projeto Museu da Umbanda, as tendas e terreiros representados no Mapa são exemplos. O Centro Educacional Mestre Bimba insere o município no circuito internacional de capoeira.¹⁰ A Associação de Capoeira Navio Angola é outro exemplo de grande expressão da capoeira no município que, atendendo jovens e crianças na zona urbana e na zona rural, não possui uma sede fixa, realizando suas rodas em várias partes do município.

É possível identificar um esforço do poder público local em relação ao Direito à Cultura do município. Contudo, são necessários ainda recursos e práticas efetivas que ampliem o acesso à cultura em áreas onde a ausência de equipamentos culturais impera e promovam a manutenção e a divulgação dos bens culturais materiais e imateriais que marcam a identidade cultural de Cachoeiras de Macacu.

⁹ Era um bloco de carnaval em que os foliões se fantasiavam com papel crepom e ao final entravam no rio, quando as fantasias então se desfaziam. O bloco encerrou as atividades entre 1974-1975 e foi retomado recentemente, agora com um banho de chuveiro no centro da cidade. A mudança do banho de rio para o chuveiro se deu devido ao rio estar sujo e a tentativa de evitar sujá-lo e poluí-lo ainda mais.

¹⁰ O Centro de Capoeira é sede do Grupo Abadã em Agrobrazil e realiza os Jogos Mundiais Abadã Capoeira ou Festival Internacional da Arte Capoeira, mobilizando centenas de atletas do mundo todo.

Cidadania Garantida

Não há um órgão exclusivo de gestão da Cultura em Cachoeiras de Macacu desde 1997, quando foi criada a Secretaria Municipal de Cultura, que durou apenas seis meses, voltando a ser um Departamento. O Departamento de Cultura foi criado em 1989, fazendo parte da Secretaria de Educação e Cultura (até 2008), mais tarde a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura, Indústria e Comércio (2009-2012). A partir de 2013 a gestão da Cultura passou a ser exercida pela Fundação Macatur, em conjunto com o Turismo. O poder público local, por meio de centros culturais, escolas e eventos, promove espaços de disseminação, de acesso à cultura e de aprendizado voltado para as artes. Entretanto, a Rede de Cidadania Ativa do município identifica que o orçamento da cultura é um dos menores da prefeitura, o que impacta nas ações pretendidas para ampliação de serviços e manutenção de bens culturais.

FUNDAÇÃO MACATUR

REGISTRADA COMO ENTIDADE JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO SEM FINS LUCRATIVOS E CRIADA PELA LEI MUNICIPAL DE 26/12/2008, A FUNDAÇÃO MANTÉM O CENTRO CULTURAL CASARÃO DE JAPUÍBA SARA NASCIMENTO AZEVEDO QUE OFERECE OFICINAS DE DANÇA, MÚSICA, PINTURA, CAPOEIRA, POSSUI UM CINECLUBE, REALIZA APRESENTAÇÕES MUSICAIS, EXPOSIÇÕES FOTOGRÁFICAS ETC

O abandono de patrimônios culturais materiais como as ruínas da Igreja de São José da Boa Morte (com tombamento provisório pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico Cultural (Inepac) em 24 de julho de 1989, o Convento de São Boaventura, as ruínas da Igreja de Santíssima Trindade, os bens do Patrimônio Ferroviário, o Convento das Carmelitas na Fazenda do Carmo (aparentemente destruído de forma criminosa, segundo relato de um membro da Rede que acompanhou o processo), o Aqueduto de Santa Sé, a estrada colonial construída por escravos próxima ao Posto Pena que ligava o município a Friburgo, o Engenho de Serra e a Antiga Trilha do Trolle, ganham expressão nos diálogos da Rede e no Mapa.

"O IDEAL É QUE, ALÉM DE APONTAR AS AUSÊNCIAS, POSSAMOS TAMBÉM IDENTIFICAR AQUILO QUE DEVERIA SER MAIS BEM APROVEITADO, MAIS BEM CONSERVADO, E OS ESPAÇOS QUE DEVERIAM SER RECUPERADOS PARA UTILIZAÇÃO. POR EXEMPLO, NA GESTÃO ANTERIOR HAVIA A INTENÇÃO DE CRIAR UM CENTRO CULTURAL EM PAPUCAIA, NO ESPAÇO DA PRAÇA ONDE JÁ HAVIA UM PALCO E UMA CERTA ESTRUTURA, MAS ESTÁ DESATIVADO. TEMOS UM ESPAÇO ENORME QUE NÃO É UTILIZADO. É OCUPADO ESPORADICAMENTE PARA ALGUM EVENTO, MAS A ESTRUTURA DO LOCAL ESTÁ EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES. É IMPORTANTE QUE ESSE ESPAÇO SEJA RECUPERADO E MAIS BEM APROVEITADO." (GRUPO DE DIÁLOGO/ REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU)

Outros centros culturais e espaços multiuso mantidos pelo poder público oferecem para a população, gratuitamente, oficinas de dança, teatro, música, desenho etc., por exemplo, o Centro Cultural Casarão de Japuíba Sara Nascimento Azevedo, a Escola Profissionalizante Sara Bocaiuva Bulcão e o Centro Intereducacional de Artes e Cultura.¹¹ A prefeitura mantém ainda alguns Cras (Centros de Referência de Assistência Social), que desenvolvem atividades culturais com foco na inserção social das comunidades onde funcionam. Além desses, temos o Centro de Estudos em Saúde do Projeto Papucaia (CESPP).¹²



¹¹ O Centro Intereducacional de Artes e Cultura é mantido pela Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiras de Macacu e abriga a Escola de Artes Jair Ramos, a Galeria de Artes Alcileu Silva e o Cine-Teatro Paschoal Guida.

¹² O Centro de Estudos em Saúde do Projeto Papucaia CESPP é ONG voltada para a população em situação de risco social e tem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social

O INSTRUMENTO MAIS TRADICIONAL DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL É O TOMBAMENTO. ELE FOI INSTITUÍDO PELO DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937, EM VIGOR AINDA HOJE. O OBJETIVO DO TOMBAMENTO É DAR PROTEÇÃO A UM BEM CULTURAL, OU SEJA, IMPEDIR QUE ELE DESAPAREÇA, AGINDO PARA QUE ELE SEJA MANTIDO, PRESERVADO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES.

DE ACORDO COM O DECRETO-LEI, O PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL É DEFINIDO COMO "CONJUNTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS EXISTENTES NO PAÍS E CUJA CONSERVAÇÃO É DE INTERESSE PÚBLICO, QUER POR SUA VINCULAÇÃO A FATOS MEMORÁVEIS DA HISTÓRIA DO BRASIL, QUER POR SEU EXCEPCIONAL VALOR ARQUEOLÓGICO OU ETNOGRÁFICO BIBLIOGRÁFICO OU ARTÍSTICO". (BRASIL, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). [HTTP://PORTALIPHAN.GOV.BR](http://portaliphan.gov.br))

AS NECESSIDADES DE SE CRIAR UM REGISTRO DE BENS IMATERIAIS FORAM ATENDIDAS PELO DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000, QUE CONSOLIDOU O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL E O PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL (PNPI). DESDE 2004, A SALVAGUARDA DOS BENS IMATERIAIS ESTÁ COM O DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL (DPI).

LEI MUNICIPAL Nº 1653 REFERENTE AO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU

EM SEU ARTIGO 35, O PLANO DIRETOR REFERE-SE COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NATURAL E CULTURAL DE CACHOEIRAS DE MACACU QUE INTEGRA O SISTEMA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO: O JEQUITIBÁ DE BOCA DO MATO, A LADEIRA DO IMPERADOR, A IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, AS PONTES FERROVIÁRIAS DE PARQUE VENEZA, CENTRO, VALÉRIO, CASTÁLIA, BOCA DO MATO E MEIO DA SERRA, A SOCIEDADE MUSICAL RECREATIVA 10 DE OUTUBRO, A ANTIGA SEDE DO CLUBE CAVALHEIROS DO LUAR, O CLUBE RECREATIVO PIRATAS, O PRÉDIO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR QUINTINO BOCAIUVA, AS ESCULTURAS E PINTURAS DE MAURÍLIO PINHEIRO, A SAPUCAIEIRA, A IGREJA DE SANTANNA, OS CORETOS DE JAPUÍBA E FARAÓ, O CASARÃO, A SOCIEDADE MUSICAL DE JAPUÍBA, O PRÉDIO DO ENGENHO DE FARINHA DO FARAÓ, AS RUÍNAS DA IGREJA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, A ANTIGA ESTAÇÃO DO TREM EM PAPUCAIA E AS RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DA BOA MORTE.



Cachoeiras de Macacu é um dos poucos municípios que possuem alguma legislação de âmbito municipal que garante atenção aos seus bens do patrimônio cultural material, no caso a Lei Municipal nº 1.653, de 10 de outubro de 2006, que trata do Plano Diretor Estratégico do Município de Cachoeiras de Macacu.

Algumas expressões culturais de Cachoeiras de Macacu foram elencadas pelo projeto Mapa de Cultura do Rio de Janeiro,¹³ realizado pela Secretaria de Estado de Cultura no ano de 2012 e que teve por objetivo iniciar um grande banco de dados públicos nos 92 municípios do estado. Na época, cerca de 30 atrativos culturais foram mapeados, havendo a necessidade de atualização do dados e continuidade do projeto.

¹³ O Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é um projeto realizado pela Secretaria de Estado de Cultura. Patrocinado pela Petrobras e coordenado pela agência Diadorim Ideias, tem o objetivo de mapear e divulgar os principais patrimônios e manifestações culturais e artistas populares dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Mapa de Cultura do RJ. <http://mapadecultura.rj.gov.br>)

Cidadania Percebida

A Rede considerou a importância de se reconhecer onde atuam as atividades culturais e equipamentos e como eles se situam, de forma a refletir se há ou não o direito à cultura garantido em Cachoeiras de Macacu. Nesse sentido, foi constatado que elas não são totalmente adensadas no centro, porém, isso não quer dizer, necessariamente, que as outras regiões tenham acesso de fato à cultura. Ter uma escola de capoeira, por exemplo não implica dizer que no bairro toda a população tenha o seu direito à cultura contemplado. Outra demanda apontada é a escassez de opções de transporte e o alto custo das passagens para o usufruto dessas atividades.

"EXISTEM ALGUNS ALUNOS QUE VÊM DE PAPUCAIA FAZER ATIVIDADES CULTURAIS NO CENTRO DE CACHOEIRAS, MAS O CUSTO DE PASSAGENS É ALTO E PARTIMOS DO PRESSUPOSTO DE QUE O ALUNO DA ESCOLA PÚBLICA NÃO TEM BOAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA VIR DUAS, TRÊS VEZES NA SEMANA PARTICIPAR DE ATIVIDADES CULTURAIS. ALÉM DISSO, O CENTRO CULTURAL NÃO É GRANDE MESMO QUE AS PESSOAS DOS OUTROS DISTRITOS VIÉSSEM PARA CÁ, NÃO IA TER VAGA PARA TODOS." (GRUPO DE DIÁLOGO/ REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU)

Alguns espaços públicos de cultura não estão sendo devidamente aproveitados, como por exemplo os coretos - identificados como Patrimônio Cultural Material no Mapa da Cidadania do Direito à Cultura de Cachoeiras de Macacu. Aproveitados, seriam importantes na promoção do acesso cultural em áreas onde há uma carência de manifestações culturais.

"UM ESPAÇO CULTURAL EM CADA LOCALIDADE QUE TIVESSE VÁRIAS ATIVIDADES, QUE OFERECESSE MÚSICA, BIBLIOTECA, ESPAÇO PARA AULAS DE DANÇA, AULAS DE TEATRO E APRESENTAÇÕES ETC. UM ESPAÇO CULTURAL AMPLO, QUE OFERECESSE VÁRIAS ATIVIDADES CULTURAIS. ESSE ESPAÇO PODE SER UMA PEQUENA BIBLIOTECA, UM PEQUENO MUSEU RURAL, DEPENDENDO DO LUGAR, MAS A IDEIA É QUE CADA LUGAR TENHA O SEU ESPAÇO DE CULTURA." (GRUPO DE DIÁLOGO/ REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU)

Cada localidade tem uma característica social e cultural que deve ser visibilizada em suas particularidades. Um exemplo citado é o de que Cachoeiras de Macacu é identificada como a "Cidade dos Ferroviários", mas os outros distritos que não o Centro, não se reconhecem nessa identidade.

MEMÓRIA AFETIVA

ALGUNS ELEMENTOS DA MEMÓRIA AFETIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU, IDENTIFICADOS PELO PROJETO MEMÓRIAS, TRAZEM À LEMBRANÇA UM PASSADO MARCADO PELA FÁBRICA DE TAMANCO; PELAS FEIRAS DE RUA (QUE JÁ FUNCIONARAM NA AVENIDA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA, NA RUA NICOMEDES ARRUDA, NA ANTIGA PONTE FERROVIÁRIA E POR ÚLTIMO NO PARQUE VENEZA); PELA BANADRINK (UÍSQE FEITO DE BANANA); PELO DOCE DE BANANA BANASUIT; PELAS APRESENTAÇÕES MUSICAIS EM CORETOS; PELO LICEU FERROVIÁRIO; PELA FESTA DE SANTANNA DE JAPUÍBA (REALIZADA DESDE O SÉCULO XVIII); PELOS BLOCOS CARNAVALESÇOS PIRATAS, CAVALHEIROS DO LUAR E CAÇADORES; PELO APITO DIÁRIO DO TREM E DA OFICINA DA LEOPOLDINA; PELO CHEIRO DO CAFÉ ZADIG NO CENTRO DA CIDADE; PELOS BAILES NA ROÇA E POR EXPRESSÕES TÍPICAS COMO "RELENGO" - UMA PALAVRA CACHOEIRENSE PARA SE REFERIR A UM ENCONTRO DE AMIGOS REUNIDOS PARA COZINHAR, COMER E TOCAR MÚSICAS - E "UAPA!" - UMA INTERJEIÇÃO DE SURPRESA. (GRUPO DE DIÁLOGO/ REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU).

A percepção da Rede é que Cachoeiras de Macacu é muito rica, culturalmente falando, e que isso precisa ser valorizado, conservado e mais bem aproveitado.

As localidades de Papucaia, Agro Brasil, Maraporã, Quizanga, Serra Queimada, Guapiaçu, Marubá e Areal foram identificadas como áreas onde não há espaços culturais, carentes de serviços e equipamentos culturais, em que o Direito à Cultura é violado e a população é prejudicada quando necessita ir ao centro da cidade para ter acesso a cultura.

"PAPUCAIA É DIFERENTE DE OUTRAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO, NÃO TEM IDENTIDADE DE BAIRRO COMO EM JAPUÍBA, COMO NO CENTRO DE CACHOEIRAS, COMO NOS POVOADOS DA ZONA RURAL. LÁ NÃO TEM UM CENTRO CULTURAL, GRUPOS CULTURAIS, UMA BIBLIOTECA PÚBLICA, NÃO GUARDA A MEMÓRIA CULTURAL RECENTEMENTE O MEMORIAL DA PRAÇA DOS COLONOS FOI DERRUBADO."¹⁴ (GRUPO DE DIÁLOGO/ REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU)

"UM GRANDE PROBLEMA TAMBÉM EM RELAÇÃO À CULTURA É A MÁ DIVULGAÇÃO E A DIFICULDADE DE ATRAIR NOVAS PESSOAS PARA ESSAS ATIVIDADES CULTURAIS. TIVEMOS SIM UM AVANÇO EM RELAÇÃO A CULTURA NO MUNICÍPIO MAS AS PESSOAS PRESENTES SÃO SEMPRE AS MESMAS. PRECISAMOS PENSAR EM COMO ATRAIR NOVAS PESSOAS QUE SÃO EXCLUÍDAS, POR DIVERSOS MOTIVOS, DESSAS ATIVIDADES CULTURAIS" (GRUPO DE DIÁLOGO/ REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU)

Cidadania Ativa

A sociedade civil promove ações e instrumentos importantes no resgate da memória cultural do município, através do Projeto Memórias, dos museus de percurso (Museu da Umbanda, Território Sagrado de Boca do Mato, Território EcoCultural da Serra e Ecomuseu do Valério), espaços virtuais como o grupo Fotos Antigas de Cachoeiras de Macacu, o Museu da Pessoa, o Memorial Ferroviário, entre outros. Essas iniciativas buscam manter vivos o conhecimento e o acesso a bens culturais que compõem a essência construída social e culturalmente pelos cachoeirenses, renovando a cada dia a identidade de Cachoeiras de Macacu.

Entretanto, a cidadania ativa de Cachoeiras de Macacu tem um grande desafio pela frente: o de mobilizar um número mais expressivo de cidadãos dispostos a contribuir para ações que possam ampliar as lutas e as práticas pelo Direito à Cultura.

O primeiro Conselho ligado à cultura no município surgiu em 1968. Entre 1999 e 2000, outro Conselho foi criado e desfeito, sendo instituído um novo em 2012, que se mantém até hoje.



¹⁴ O busto que homenageava o ex-presidente Getúlio Vargas (que promoveu o assentamento agrário dos colonos de Papucaia em 1951) foi retirado durante a reforma da Praça dos Colonos, em 2009, e só foi recolocado em 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE CACHOEIRAS DE MACACU FOI CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1222 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012, CONHECIDA COMO A "LEI DA CULTURA", APÓS 12 ANOS DE DISCUSSÃO. INSPIRADO NO MODELO DO CONSELHO DE CULTURA DO RECIFE, POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO DOIS TERÇOS DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E UM TERÇO DO PODER PÚBLICO, UMA CONFIGURAÇÃO ATÉ ENTÃO INÉDITA NO MUNICÍPIO. ENTRE OS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ESTÃO OS SETORIAIS DE ARTES CÊNICAS, ARTES VISUAIS, AUDIOVISUAL, LITERATURA, MANIFESTAÇÕES POPULARES, MÚSICA, PATRIMÔNIO E PRODUÇÃO CULTURAL; E PELO GOVERNO FIGURA O ÓRGÃO GESTOR DA CULTURA, DO TURISMO, DA EDUCAÇÃO E DE PLANEJAMENTO. DURANTE SUA PRIMEIRA GESTÃO (2013-2014), O CONSELHO TEVE COMO PRINCIPAL MARCO A RETOMADA DO DIÁLOGO ENTRE ARTISTAS E O ÓRGÃO PÚBLICO. NESSE PERÍODO FORAM REALIZADOS QUATRO FÓRUMS MUNICIPAIS DE CULTURA (ATIVIDADE QUE HAVIA SIDO INTERROMPIDA NA DÉCADA DE 1990), A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E MAIS DE 30 ENCONTROS PARA DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR, ALÉM DA PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS EM INÚMERAS ATIVIDADES EM DIVERSAS CIDADES DO ESTADO. UM DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DAS DISCUSSÕES FOI A IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO COMPARTILHADA DO CENTRO CULTURAL CASARÃO DE JAPUIÇA, PIONEIRA NA REGIÃO. O MODELO INOVADOR DO CONSELHO E SUA POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO COM OUTRAS CIDADES O LEVARAM A SER CONSIDERADO UMA VANGUARDA NAS POLÍTICAS CULTURAIS DO RIO DE JANEIRO E SER USADO COMO REFERÊNCIA NO 5º ENCONTRO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA, EM NATAL (RN). EM 2015 O CONSELHO ELEGEU NOVA GESTÃO, FOI CONSOLIDADO O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, E PELA PRIMEIRA VEZ EM TODA A HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA, UM CONSELHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FORMULOU EM CONJUNTO COM O ÓRGÃO GESTOR A PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO SEGUINTE (2016). O CONSELHO DE POLÍTICAS CULTURAIS TAMBÉM ELABOROU UMA LISTAGEM DE PATRIMÔNIOS LOCAIS QUE SERÃO ALVO DE TOMBAMENTO MEDIANTE PROPOSTAS DE LEIS MUNICIPAIS.

É necessário o desenvolvimento criativo de estratégias como os projetos em curso, de ações que cobrem medidas que permitam um cuidado maior do poder público com os bens culturais, com a melhoria da qualidade e do acesso aos serviços que promovem o Direito à Cultura no município. O Mapa da Cidadania do Direito à Cultura como instrumento da cidadania ativa pode contribuir para dar visibilidade às lutas nesse processo.

Referências

Agenda 21 Magé. <http://agenda21mage.com.br/agenda-21-local/cultura/> Acesso em 24/05/2015.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). <http://portal.iphan.gov.br>

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. "Lei Rouanet". Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pro-nac) e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313compilada.htm- See more at: <http://www.guiacultural.unicamp.br/publicacoes/legislacao#sthash.mTPjYMCz.dpuf>

_____. Ministério da Cultura. Metas do Plano Nacional de Cultura. 2ª edição. <http://www.cultura.gov.br/documents/10877/666696/2a+edi%C3%A7%C3%A3o+das+Metas+do+Plano+Nacional+de+Cultura+-+terceira+parte/2a4d6355-bed5-4f8f-9024-d045511efd80>

_____. Ministério da Cultura. Pronatec: <http://www.cultura.gov.br/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>-Texto atualizado em 03/07/2014 e acessado em 21/06/2015.

_____. Plano Nacional de Cultura. <http://pnc.culturadigital.br/> Acesso em 30/05/2015.

_____. Plano Nacional de Cultura. (<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->) Acesso em 30/05/2015.

_____. PortalBrasil. <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>. Acesso em 30/05/2015.

_____. Sistema Nacional de Cultura. (<http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-informacoes-e-indicadores-culturais-sniic->) Acesso em 30/05/2015.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mapa de Cultura do RJ. <http://mapadecultura.rj.gov.br>

_____. Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) <http://www.inepac.rj.gov.br>

_____. Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/93

_____. Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.cultura.rj.gov.br/projeto/rede-de-pontos-de-cultura-do-estado-do-rio-de-janeiro>

LIMA, Maurício Araújo, O Direito de Acesso à Cultura e a Constituição Federal. <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/o-direito-de-acesso-a-cultura-e-a-constituicao-federal/>

MUSEU DA UMBANDA - Cachoeiras de Macacu RJ. <https://www.facebook.com/museudaumbandarj?fref=ts>

PREFEITURA DE CACHOEIRAS DE MACACU. Lei nº 1.653. Plano Diretor de Cachoeiras de Macacu. http://www.cachoeirasdemacacu.rj.gov.br/DO/lei_1653_parte_01.pdf

MAPA DE CULTURA DO ESTADO DO RIO, www.mapadecultura.rj.gov.br/

RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro- O Regate da sua Memória.

SHANON, Benny. Os conteúdos das visões da ayahuasca. Manavol.9no.2Rio de Janeiro Oct.2003. Presente em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132003000200004&script=sci_arttext Acesso em 09/07/2015).

UNESCO. <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/>

_____. Cultura e desenvolvimento sustentável no Brasil. <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/cultura-and-development/>

_____. Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Acesso em 02/06/2015.

_____. Instrumentos Internacionais da Unesco em Cultura <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/legal-instruments/international-instruments-clt/#c154460>

VISITA GUIADA AO MUSEU DA UMBANDA + Território Sagrado <https://www.facebook.com/events/1010223025695345>



4.2 - O DIREITO SOCIAL, ECONÔMICO E CULTURAL À SAÚDE

O Direito à Saúde, reconhecido como um Direito Humano fundamental, está inserido dentro do conjunto dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. Dizem respeito ao princípio de equidade e referem-se às condições básicas para manutenção e reprodução da vida individual e coletiva: condição de acesso ao alimento, à educação, ao saneamento básico, à moradia, ao transporte, à seguridade social, à terra para produzir e viver, ao trabalho, à renda, ao lazer e à cultura.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, SEÇÃO II DA SAÚDE, ART. 196. A SAÚDE É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO GARANTIDO MEDIANTE POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS QUE VISEM À REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇA E DE OUTROS AGRAVOS E AO ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PARA SUA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO.

Quais as condições de cidadania em um dado território quando avaliamos a situação do Direito à Saúde? Quais as políticas públicas ativas que contribuem e garantem o Direito à Saúde? Como a população local se percebe como cidadã portadora de direitos e deveres e avalia o acesso de todos/as ao Direito à Saúde? Como está organizada e age a cidadania na luta pelo Direito à Saúde? Essas são as questões norteadoras que o Sistema Incid procura responder à luz das quatro dimensões da cidadania: **Cidadania Vivida, Cidadania Garantida, Cidadania Percebida e Cidadania Ativa.**

No processo de reflexão e discussão dos indicadores do Direito à Saúde do Sistema Incid, um conjunto de dados ganha sentido a partir da apropriação dos/as militantes da Rede de Cidadania Ativa. Através do exercício de reconstrução dos indicadores de saúde, a elaboração de um Mapa da Cidadania do Direito à Saúde visa uma avaliação do estado do Direito à Saúde no município de Cachoeiras de Macacu em parceria com a Rede de Cidadania Ativa. Busca-se a percepção coletiva sobre o conjunto de indicadores. Esta acrescenta informações do cotidiano vivido, de forma a qualificar os dados e produzir, quando possível, novas informações sobre o território. O foco inicial foi a Atenção Básica à Saúde no município.

SOBRE O DIREITO À SAÚDE, ALÉM DE CACHOEIRAS DE MACACU, FORAM ELABORADOS MAPAS DA CIDADANIA DO DIREITO À SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DE CASIMIRO DE ABREU, GUAPIMIRIM, ITABORAÍ, MAGÉ, NITERÓI, NOVA FRIBURGO, SÃO GONÇALO SILVA JARDIM, TANGUÁ E TERESÓPOLIS.

COMPÕE A ATENÇÃO BÁSICA UM CONJUNTO DE AÇÕES, DE CARÁTER INDIVIDUAL E COLETIVO SITUADAS NO PRIMEIRO NÍVEL DE ATENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SEUS OBJETIVOS ESTÃO RELACIONADOS À PROMOÇÃO, PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTOS DE REABILITAÇÃO OS PROBLEMAS DE SAÚDE MAIS COMUNS, EXAMES DE ROTINA, SÃO ACOLHIDOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), TAMBÉM CONHECIDAS COMO POSTOS DE SAÚDE SÃO A PORTA DE ENTRADA DO SUS, E ONDE OS CIDADÃOS TÊM POSSIBILIDADE DE CONSULTAS REGULARES, RECEBEM ACOMPANHAMENTO, MEDICAMENTOS E VACINAS. AS UBS FAZEM PARTE DA ESTRATÉGIA DESENVOLVIDA PELAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E ABRANGEM AS MODALIDADES DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, NÚCLEOS DE APOIO ÀS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF). TODAS ASSUMEM A RESPONSABILIDADE SANITÁRIA E O CUIDADO COM AS PESSOAS DE DETERMINADA REGIÃO E COMPREENDEM OS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA¹⁵ OS CASOS DE AGRAVO: URGÊNCIAS, ADVINDAS DE ACIDENTES, FRATURAS, INFARTOS, AVCs, OS PACIENTES SÃO ENCAMINHADOS PARA UNIDADES DE PRONTO-ATENDIMENTO. A UPA É UMA UNIDADE FIXA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA RESPONSÁVEL PELA ESTABILIZAÇÃO DO PACIENTE ATRAVÉS, GERALMENTE, DE UM CLÍNICO GERAL. A UNIDADE NÃO COMPORTA INTERNAÇÃO POR MAIS DE 24 HORAS. O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU ESTÁ DIRETAMENTE LIGADO À UPA, E AMBOS SÃO CONSIDERADOS O NÍVEL INTERMEDIÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE QUANDO O CASO NÃO SE RESOLVE NESSE ESTABELECIMENTO, HÁ O ENCAMINHAMENTO PARA OS HOSPITAIS QUE CORRESPONDEM AO ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

¹⁵ "O objetivo desses postos é atender até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhar aos hospitais". Ver: <http://dados.gov.br/dataset/unidades-basicas-de-saude-ubs>

A Rede de Cidadania Ativa se apropria, reflete e constrói um mapeamento participativo demonstrando especificidades do município. **O diálogo entre as dimensões da Cidadania Garantida e a Cidadania Percebida é, pois, o “carro-chefe” que conduz a exploração de temas pertinentes ao Direito à Saúde** como o acesso, a inclusão e as desigualdades existentes no sistema de serviços públicos que assegura grande parte do direito à saúde. Fruto de inúmeras reuniões e discussões da Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras de Macacu, o Mapa da Cidadania do Direito à Saúde objetiva dar visibilidade às desigualdades e violações do direito à saúde que não são normalmente informadas pelos órgãos oficiais.

O direito à saúde em Cachoeiras de Macacu

A Rede de Cidadania Ativa de Cachoeira de Macacu discutiu a importância da confecção do Mapa para monitorar as ações do poder público, fiscalizar as políticas locais e identificar carências no atendimento à população. Travou-se debate sobre quais pontos precisam ser visibilizados, a começar pela importância de uma averiguação e qualificação das estruturas de prestação de serviço do Programa de Saúde da Família (PSF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A construção do Mapa deu-se a partir do georreferenciamento dos estabelecimentos públicos de saúde, mediados com a apresentação, discussão e reconstrução dos indicadores do Direito à Saúde. E o que os dados oficiais revelam? Quais as condições de cidadania no município de Cachoeiras de Macacu? O exercício de elaboração do mapeamento serviu para revelar que há em Cachoeiras de Macacu uma má distribuição das instituições, gerando uma diferença de acesso (dificuldade de mobilidade), haja vista a dimensão do seu território. As unidades concentram-se nos bairros Campo do Prado, Japuiba, Centro, Faraó, Marubai e Vechi.

Ao todo somam 32 estabelecimentos públicos de saúde que prestam atendimento à população: 18 unidades são pertencentes à Rede de Atenção Básica à Saúde, dentre as quais:

- 9 Unidades Básicas de Saúde;
- 7 Unidades de Saúde da Família;
- 1 Posto de Saúde; e
- 1 NASF - Núcleo de Atenção à Saúde da Família.

Além desses, há 5 centros de especialidades municipais, sendo:

- 1 de atendimento odontológico;
- 1 de exames;
- 1 para tratamento de reabilitação;
- 1 espaço de atenção psicossocial;
- 1 espaço de vigilância em saúde;
- 1 espaço de vigilância epidemiológica,
- 2 unidades de ambulatoriais;
- 1 hospital.

Também foram incluídas no Mapa as notificações de picadas de animais peçonhentos, cujo tratamento é fornecido pelo Hospital Municipal Dr. Celso Martins, único no município.

Sob a perspectiva da Cidadania Vivida, a situação da precariedade em torno do acesso ao Direito à Saúde em Cachoeiras de Macacu deu a tônica das discussões.

Debates travados pela Rede revelaram particularidades territoriais como a importância da zona rural e a extensão do seu grande território, destacando problemáticas específicas referentes à saúde, como os apontamentos de casos típicos de atendimentos ligados ao trabalho do campo, tais como as ocorrências por cortes com facão, de enxada, picada de cobra. Questionaram a falta de divulgação dos números de ocorrências de picadas com animais peçonhentos. Esse foi um item selecionado para dar visibilidade, tal como se pode ver no mapa.

Entre as diversas violações percebidas sobre a dimensão da Cidadania Garantida pela Rede de Cidadania de Cachoeiras de Macacu está a denúncia da falta de uma maternidade no município, revelando a ausência específica de cuidados com a saúde da mulher, uma área estratégica colocada como prioridade nos princípios de Atenção Básica. Por fim, o município é marcado por uma série de deficiências: infraestruturas precárias, falta de profissionais na composição das equipes de saúde, entre outros aspectos dessa realidade.

Na busca dessa resposta, trabalhamos com o número de pessoas cadastradas no Programa de Atenção Básica (PNAB). Ou seja, o contingente previsto para ser atendido no programa. Todavia, as informações sobre a execução de atendimento, isto é, quantas pessoas são atendidas efetivamente dentro do sistema, são um dado que não foi conseguido até a presente data.

Os indicadores de dimensão da Cidadania Garantida foram objeto de atualização de dados. Estes foram sistematizados e representados em gráficos, com o objetivo de averiguar o comportamento dos dados ao longo de um tempo determinado. São eles os indicadores de Direito à Saúde: Garantia de Atenção Básica e Garantia de Investimento em Saúde.

O primeiro gráfico permite-nos averiguar o acesso da população ao conjunto de serviços de assistência básica à saúde. Trata-se do percentual de pessoas cadastradas no Programa de Assistência Básica sobre o total da população residente. Qual a proporção da população que tem acesso ao conjunto de serviços de assistência básica à saúde é uma das perguntas que norteia essa elaboração. Nota-se uma diminuição do percentual de 79,66%, em 2010, para 74,63%, em 2014.

Direito à Saúde: Garantia de atenção básica em Cachoeiras de Macacu

Porcentagem de pessoas cadastradas na Atenção Básica (%)



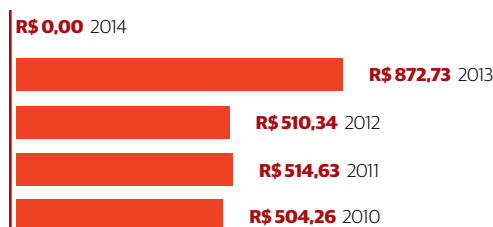
Fonte: Datasus/Siab e IBGE

Em análise dos dados que compõem o indicador de Garantia Atenção Básica verificamos que houve um aumento da população cadastrada ao longo dos quatro anos. No entanto, a cobertura com relação à população total ainda é baixa. De acordo com o gráfico, em torno de 30% dos habitantes de Cachoeiras não está cadastrada no Sistema de Atenção Básica.

E os gastos com a Saúde como será que se comportam? Ao elaborarmos essa pergunta, voltamos para os dados orçamentário-financeiros da gestão pública. Focamos o recorte por função Saúde, com denominação de abarca itens como Atenção Básica, Assistência Hospitalar, Vigilância Epidemiológica, Alimentação e Nutrição e Demais Subfunções da Saúde, vemos como está, ao longo de três anos, o valor investido pelo Estado sobre o total da população.

Direito à Saúde: Garantia de Investimento em Saúde em Cachoeiras de Macacu

Gasto em saúde por habitante (R\$)



Fonte: STN e IBGE

Nota: Não havia dados disponíveis para consulta relativos aos gastos de 2014.



O segundo Indicador considera os gastos per capita de saúde calculados a partir do cruzamento entre os dados de finanças municipais divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, e os dados populacionais divulgados pelo IBGE.

De acordo com o gráfico acima, houve pouca variação de investimento entre os anos de 2010 e 2012. No entanto, o quadro se reverte quando se observa o ano de 2013, quando o investimento per capita chegou ao teto de R\$ 872,73, um salto de R\$362,39 com relação ao ano anterior. Já em 2014, não foi divulgado o valor gasto na Saúde pelo município no Sistema da Secretaria do Tesouro Nacional.

É importante, no entanto realizar algumas ponderações acerca dos limites e alcances dessas informações. Devemos considerar o fato de que há complexidade de parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde. Estudos apontam que a interpretação dos dados financeiros da saúde é uma tarefa “hercúlea”¹⁶, uma vez que compreende ter em frente diferentes sistemas de dados¹⁷ financeiros de gestão pública. As diversas fontes conformam uma variabilidade de questões que devem ser pontuadas a cerca das dificuldades de entendimentos envolvendo, dados, conceitos, agregações, estruturas de consultas, compatibilidades e incompatibilidades.

¹⁶ Adjetivo que denota heroísmo, grandiosidade. Palavra que remete a Hercules, herói da mitologia grega. Traduz o significado de proeza, grande feito.

¹⁷ Segundo Servo&Paiva, os dados do Governo Federal são disponibilizados: no Sistema de Informações Financeiras (Siafi), no Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor), e podem ser acessados numa plataforma criada para a consulta, o SIGA BRASIL. Os dados de estados e municípios são divulgados no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em saúde (Siop), gerenciado pelo Ministério da Saúde. Há ainda dados de Execução Orçamentária dos Estados e Finanças Públicas do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios (Finbra), que são consolidados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130327_notatecnica15.pdf Acessado em 9/07/2015.

AS NOTAS TÉCNICAS FORMULADAS DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) DO ESTUDO SOBRE O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA FORNECEM UMA IDEIA DO DESAFIO DE ACESSAR E COMPREENDER OS DADOS, POIS, "A DEPENDER DO RECORTE ANALÍTICO PODE HAVER DIFERENÇAS NO VALOR APURADO COM ATENÇÃO BÁSICA",¹⁸ HAVENDO AINDA UMA SÉRIE DE ESFERAS ORÇAMENTÁRIAS, FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMAS, AÇÕES, LOCALIZAÇÕES DE GASTOS, FONTES E NATUREZAS DE DESPESA COM DIFERENTES CATEGORIAS ECONÔMICAS¹⁹ E GRUPOS DE DESPESA.²⁰ FOCANDO ESPECIFICAMENTE SOBRE OS DADOS MUNICIPAIS, A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN) É A RESPONSÁVEL POR CONSOLIDAR AS INFORMAÇÕES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. EM SUAS BASES É POSSÍVEL SABER O MONTANTE GERAL GASTO EM SAÚDE. MAS NÃO SÃO DISPONIBILIZADAS INFORMAÇÕES SOBRE EM QUE PROGRAMAS OU AÇÕES OS RECURSOS SÃO APLICADOS, NÃO SENDO POSSÍVEL DEFINIR A DESPESA ESPECÍFICA COM A ATENÇÃO BÁSICA. LOGO, A TENTATIVA DE OBTENÇÃO DE DADOS CLAROS SOBRE OS RECURSOS ESPECÍFICOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA ESBARRA NAS SEGUINTE LIMITAÇÕES: HÁ POSSIBILIDADE DE MISTURAR GASTOS UNIVERSAIS E GASTOS ESPECÍFICOS; DIFICULDADE DE CONHECER O GASTO FINAL ALÉM DA FUNÇÃO; NÃO PERMITE SABER O PERCENTUAL DO GASTO QUE É PRÓPRIO AO MUNICÍPIO; NÃO PERMITE IDENTIFICAR AS DIFERENÇAS CONCEITUAIS OU PARAMETRIZAÇÃO COMUM.

A Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras de Macacu identificou com a elaboração do Mapa que a cobertura da rede de assistência à saúde é insuficiente para atendimento de toda a população residente. O Mapa possibilita verificar a não existência de serviços em diversas áreas do município. Para os integrantes da Rede, o Mapa do Direito à Saúde pode servir para situarem-se sobre o estado do direito à saúde, possibilitando instrumentalizar denúncias e cobrar ações do poder público para ampliação e a garantia a esse Direito.

Como parte da **dimensão da Cidadania Ativa**, a Rede observa que há dificuldade de acesso às reuniões e deliberações do Conselho Municipal de Saúde.

Por fim, acrescenta-se que no decurso dos levantamentos os participantes notaram a existência de problemas de defasagem de alguns dados disponibilizados em canais como Datasus e CNES. Questionam sobre a atualização das informações sobre as equipes técnicas, como o número de profissionais, enfermeiros, médicos, buscando levantar também a meta de atendimentos por mês. Uma ponderação a ser feita sobre a constatação da necessidade de divulgação do dado municipal: este deve ter seu acesso facilitado pela administração pública local, algo que não se verificou na maioria dos municípios da AAI (Área de Abrangência do Incid).

¹⁸ (Idem nota 15) "Gasto com atenção básica das três esferas de governo: possibilidades e limitações das análises a partir de bases de dados orçamentário-financeiras". Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130327_notatecnicadisoc15.pdf Acessado em 9/07/2015.

¹⁹ (Idem nota 15) "Na análise da execução orçamentária do Ministério da Saúde, o Programa 1214 'Atenção Básica' teve recursos alocados nas subfunções 301 (Atenção Básica); Alimentação e Nutrição (306), Suporte Profilático e Terapêutico (303), Comunicação Social (131) e Administração Geral (122)."

²⁰ (Idem nota 15) As autoras exemplificam que dentro do arcabouço da contabilidade pública brasileira a Atenção Básica é referenciada por diferentes programas que se estendem não só ao Ministério da Saúde, como também ao Ministério da Educação (exemplificam o Programa Brasil Escolarizado), e outros ministérios. Esses fatores contribuem para dificuldade de interpretação de dados.

A inserção social da Rede e o delineamento de suas demandas alimentam e organizam a luta cidadã que deve permanecer ativa na sociedade. Essa atividade deve ser portadora não somente de parâmetros técnicos, mas deve também trazer elementos de critério subjetivo, como a percepção, sendo parte do olhar de quem vive no território. Buscou-se revelar uma série de dados que relatam a experiência vivida de cidadãos e cidadãs, de forma a gerar um novo conhecimento de dentro de um território.

O desenvolvimento de um olhar para o município a partir da abordagem dos Direitos possibilitou a construção de uma cartografia social simples, mas eficaz. Eficaz na evidência da distribuição, na denúncia da falta de qualidade e das problemáticas existentes nos serviços públicos de saúde, sobretudo no que tange à Atenção Básica. **A Cidadania Ativa** revelou aspectos importantes, na medida em que possibilitou a aproximação e apreensão do estado do Direito à Saúde na perspectiva de quem vive o cotidiano dos serviços públicos, imprescindíveis ao bem-estar de todos.

O Direito à Saúde é violado, seja pela carência nas estruturas do sistema de serviços de saúde que se materializam nas denúncias realizadas, seja no número insuficiente de profissionais para atendimento da população. A falta de transparência por parte da gestão pública apareceu como fator que afeta a efetividade do Direito à Saúde no município de Cachoeiras de Macacu. Isso comprometeu, sobremaneira, o avanço na análise conjunta dos dados.

Do processo conclui-se que há uma conjuntura de insatisfação por parte da Cidadania Ativa que compõe a Rede desse município, que relata a carência de equipamentos para exames, falta de leitos, número insuficiente e a falta de capacitação de profissionais da saúde. Esses são alguns exemplos da percepção sobre a violação do Direito à Saúde que orientarão os próximos passos da Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras de Macacu na busca de informações e luta por melhores condições de saúde no município.

Referências

BANDEIRA, Lúcio Henrique. Indicadores de ações de saneamento e seus impactos sobre a saúde pública articulados com as políticas de saúde, meio ambiente e recursos hídricos./ Rio de Janeiro: s.n., 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília; 1988 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao-Compilado.htm

_____. Presidência da República. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília; 1990. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>. Bibliografia.

_____. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). Manual Instrutivo. Brasília 2012.

RUGOLO LM. Peso de nascimento: motivo de preocupação em curto e longo prazo. *J Pediatra (Rio J)*. 2005; 81:359-60.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Cartilha para apresentação de propostas ao Ministério da Saúde - 2015. Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*. Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Metodologia de construção de índices e indicadores sociais, como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte. Abril 2000.

RAMOS, Carlos Alberto. Aspectos distributivos do gasto público na saúde. *Planejamento e políticas públicas (ppp)*. n.24. Dez. 2001.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

TROTTA YARYD, Anna et al. Saúde Cidadão. Guia de Informação sobre serviços públicos - pessoa idosa.

4.3 - O DIREITO CIVIL E POLÍTICO À PARTICIPAÇÃO E À AÇÃO

A participação social de cidadãos e cidadãs é parte imprescindível dos Direitos Civis e Políticos, vital para o desenvolvimento e a garantia de uma democracia plena. A verdadeira democracia só existe se conduzida pela cidadania.

A **Cidadania Ativa** é o sujeito coletivo capaz de fortalecer a democracia. É na luta pelos direitos de cidadania que os diferentes sujeitos coletivos se reconhecem e se legitimam, a partir de princípios, valores, direitos e regras comuns como expressões de cidadania. As lutas em interação com o poder político são condições básicas de democracia que se estabelecem quando os sujeitos coletivos ocupam a arena política, segundo regras democráticas, com a garantia do direito ao protagonismo de suas demandas, do direito às suas vozes e identidades.

Os direitos deixam de ser direitos e passam a ser privilégios se a relação política não for partilhada coletivamente com igualdade e responsabilidade.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 É MARCA DE UMA AMPLIAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO DA REPÚBLICA QUE NÃO SE LIMITOU AO REESTABELECIMENTO DE ELEIÇÕES PARA AS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO, MAS ADOTOU A PARTICIPAÇÃO DIRETA DOS CIDADÃOS E CIDADÃS NAS DECISÕES PÚBLICAS. ELA TRAZ O RECONHECIMENTO DE QUE A SOCIEDADE CIVIL DEVE TER MAIS DO QUE NUNCA, UM PAPEL ATIVO NA FISCALIZAÇÃO E NO CONTROLE DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS.

CAIXA : "O CIDADÃO É O INDIVÍDUO QUE TEM CONSCIÊNCIA DE SEUS DIREITOS E DEVERES E PARTICIPA ATIVAMENTE DE TODAS AS QUESTÕES DA SOCIEDADE. TUDO O QUE ACONTECE NO MUNDO SEJA NO MEU PAÍS, NA MINHA CIDADE OU NO MEU BAIRRO, ACONTECE COMIGO. ENTÃO EU PRECISO PARTICIPAR DAS DECISÕES QUE INTERFEREM NA MINHA VIDA. UM CIDADÃO COM UM SENTIMENTO ÉTICO FORTE E CONSCIÊNCIA DA CIDADANIA NÃO DEIXA PASSAR NADA, NÃO ABRE MÃO DESSE PODER DE PARTICIPAÇÃO." (SOUZA, HERBERT - BETINHO - ÉTICA E CIDADANIA SÃO PAULO MODERNA, 1994.)

Apesar das vitórias alcançadas constitucionalmente em nosso país, vitórias que só foram possíveis por uma grande participação popular, a **Cidadania Ativa** se encontra diante de um novo desafio voltado para o estabelecimento da democracia e para a garantia de que não haja retrocesso em direitos constitucionalmente conquistados.

Esse desafio é marcado pela força do novo desenvolvimentismo, que, ao se colocar acima de valores próprios da justiça social e da gestão sustentável dos territórios, viola o processo democrático. O uso humano do território qualifica a sua organização e lhe dá sentido histórico, tornando-o parte de um processo de construção coletiva, resultado de luta e de negociações permanentes, em que há perdas e ganhos relativos para todos.

O desenvolvimento social de fato, só ocorre com a participação efetiva das pessoas em seus espaços comunitários acompanhando, controlando e tomando iniciativas nos temas pertinentes às suas realidades.

O Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação Cidadã de Cachoeiras de Macacu contribui para revelar o retrato da própria **Cidadania Ativa** a partir de seus contextos de luta, visibilizando e qualificando os Espaços de cidadania existentes no município.

A construção de mapas do Direito à Participação e Ação Cidadã utilizou as informações do cadastro no Banco de Dados de Espaço e Ações Cidadãs (BDEAC)²¹ do Incid.

O BDEAC tem como objetivo auxiliar na formação de uma cidadania cada vez mais articulada, com ampla possibilidade de atuação autônoma e formação de identidade de grupo. A partir da formação de ações coletivas e da composição de uma **Cidadania Ativa** autônoma é possível termos o conjunto de Direitos Humanos, em sua integridade e indivisibilidade.

Se a legalidade dos Direitos se dá pela formação e institucionalização de leis e normas, a sua legitimidade só acontece pelas lutas da cidadania, que permite, constantemente, uma nova dimensão à conquista de novos direitos. A **Cidadania Ativa** é uma cidadania estratégica, capaz de formar sujeitos capazes de se impor pela dinâmica dos conflitos vividos pela sociedade, em especial nas lutas políticas.

O BDEAC é uma ferramenta voltada para ajudar a **Cidadania Ativa** na transformação de situações objetivas de luta ao permitir comparações no tempo e no espaço dos problemas sociais e da evolução ou não desses problemas. Ele instrumentaliza as instituições e lideranças locais na formação de uma rede associativa e dá visibilidade às suas atuações, funcionando como um espelho no qual a própria Cidadania Ativa é refletida, permitindo uma autoavaliação através de indicadores que contemplem o estado da cidadania no território.

O BANCO DE DADOS DE ESPAÇO E AÇÕES CIDADÃS DO INCID CONTA COM UM TOTAL DE 16 PERFS PARA CADASTRAMENTO DE ESPAÇOS (ORGANIZAÇÕES, INSTITUIÇÕES, ASSOCIAÇÕES, GRUPOS ETC) DA CIDADANIA ATIVA, NO QUAL TAMBÉM PODEM IDENTIFICAR O TEMA DE ATUAÇÃO POLÍTICA DE CADA ESPAÇO POSSIBILITANDO O CADAstro DE MAIS DE UM TEMA POR ESPAÇO. NESSA FERRAMENTA, HÁ O TOTAL DE 30 BANDEIRAS DE LUTA POSSÍVEIS PARA O CADASTRAMENTO.

O Mapa do Direito à Participação e Ação de Cachoeiras de Macacu quantifica 68 espaços de atuações cidadãs, como: associações, grupos culturais, cooperativas, grupos de trabalhadores rurais/pequenos produtores, sindicatos, ONGs/Oscips, comunidade tradicional, grupos religiosos e organização estudantil.

O objetivo desse Mapa é garantir a visibilidade das ações, das múltiplas vozes da Cidadania Ativa, para que contribua na promoção da transparência de informações sobre as lutas e a realidade do estado da cidadania do município. A ideia é que ele se torne um instrumento de luta construído, permanentemente, pela sociedade civil, visando, sobretudo, seu fortalecimento.

Nesse sentido, o Mapa de Direito à Participação e Ação de Cachoeiras de Macacu é uma referência que serve para pautar os diálogos com outros direitos que ganharam também, nessa publicação, outros Mapas da Cidadania correspondentes.

A participação da sociedade civil em lutas cuja bandeira é o Direito à Cultura pode ser revelada pelo número de grupos, organizações ou instituições instalados em Cachoeiras de Macacu presentes no Banco de Dados de Espaços e Ações do Incid. São 28 espaços cadastrados e mapeados que declaram trabalhar também com o Direito à Cultura no município.

Espaços que declaram trabalhar também com questões socioambientais somam 20 no município. Desses, foram mapeados desde associações de moradores e associações comunitárias que participam de ações ligadas ao meio ambiente, grupos ligados à cultura, a organizações não governamentais que contribuem participando em audiências públicas e conferências municipais, assinando ou promovendo abaixo-assinados ou em ações como plantação de mudas e petições públicas como registrado no Banco de Dados de Espaços e Ações.

Referências

GRZYBOWKI, Cândido. Como radicalizar a democratização? <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1456>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf

INCID. <http://incid.org.br/>

NEVES, Renata Feno; BRANDÃO, Rita. Banco de Dados Incid- uma ferramenta da Cidadania Ativa. 2013. III Seminário de Sociologia e Direito - A mobilização social e suas implicações na alteração do cenário nacional: (re) construção de paradigmas e fortalecimento da cidadania. Niterói:UFF, 2013.



5

OS PRÓXIMOS PASSOS E METAS DA REDE DE CIDADANIA ATIVA DE CACHOEIRAS DE MACACU

Próximos passos no exercício da cidadania!

A Rede de Cidadania de Cachoeiras de Macacu reflete uma característica bem comum da cidade: por se situar na região central do Rio de Janeiro, com ligação direta entre as regiões Metropolitana, Baixada Fluminense, Serrana e Baixada Litorânea, ela acaba sendo um ponto de convergência de todas as informações regionais que circulam no trajeto capital x interior. A estrada de ferro Leopoldina, que durou quase 100 anos, já cumpria essa função de “interligação” da cidade, e certamente influenciou diretamente sua postura cidadã de acolhimento e de interesse pelo outro.

A criação do Conselho da Juventude

A questão da juventude definitivamente não é um ponto de pauta recorrente nas políticas públicas de Cachoeiras de Macacu. São bastante escassos os programas locais de qualificação profissional, primeiro emprego, estágio, acesso ao lazer, entre outros. Não há um setor específico da Juventude em das secretarias municipais, o que deixa desamparado o conjunto de jovens moradores a cidade, que muitas vezes se vê impelido a sair do município para garantir vagas no mercado de trabalho ou mesmo para os estudos. Os destinos mais comuns para estas finalidades são as cidades de Nova Friburgo, São Gonçalo, Itaboraí e Rio de Janeiro, onde passam a disputar vagas com os moradores locais, muitas vezes obtendo apenas empregos de menor remuneração.

As iniciativas relevantes advindas da prefeitura são o programa de Transporte Universitário, onde 430 estudantes são beneficiados por um serviço de ônibus que os leva até as faculdades em Niterói, São Gonçalo e Nova Friburgo, e ações

promovidas com razoável regularidade pelas pastas de Cultura e de Esporte - o que não significa, obviamente, que sejam capazes de atender plenamente à demanda local, ainda reconhecidamente marcada pelo ócio dos jovens especialmente nas periferias e na zona rural, onde as ações públicas pouco chegam. Iniciativas da sociedade civil tentam cobrir este vácuo de investimento nos jovens: o coletivo Ding Lause, a Batalha da Rodô, o grupo Artêntico e a Associação de Basquetebol Cachoeirense são algumas delas.

Diante deste cenário de escassez, a Rede de Cidadania em consonância com discussões anteriormente surgidas no âmbito do Fórum da Agenda 21 e do PSOL local, engajou-se na luta para a criação do Conselho da Juventude. A primeira ação foi a “Semana da Juventude”, realizada em outubro/2015.

Em 28/10 a Rede realizou a 1ª Conferência da Juventude, marco zero para a consolidação do Conselho.

A criação do Conselho da Mulher

A proposta de se pensar um Conselho da Mulher para Cachoeiras de Macacu partiu dos intercâmbios realizados pela articulação do projeto Incid em diferentes municípios, em especial Teresópolis e Guapimirim, que em setembro/2015 realizaram suas Conferências Municipais da Mulher. A necessidade de implantação de políticas públicas para as mulheres é uma demanda real de Cachoeiras, e por não haver nenhum movimento feminista organizado ou outra instância que dê conta dessa mobilização de base no município, propôs-se à Rede de Cidadania Ativa que se iniciasse uma rodada de conversas para este fim. O primeiro encontro deste GT aconteceu no dia 8 de outubro, na sede da APA Macacu. Entre as próximas ações previstas, está o convite ao Conselho Municipal da Mulher de Teresópolis para vir a Cachoeiras socializar sua experiência, convite que foi muito bem aceito pelas conselheiras teresopolitanas.

Entre as ações previstas pelo GT do Conselho da Mulher, estão a realização de rodas de conversa nos colégios de Ensino Médio, e a criação e aplicação nos espaços coletivos de “lambe-lambes” com mensagens feministas, como, por exemplo, a exposição das situações domésticas de machismo e a reflexão sobre o empoderamento das mulheres. Além disso, as integrantes do GT gravarão vídeos falando sobre o tema, para veiculação no Youtube e nas redes sociais.

Movimentos como a “Primavera das Mulheres”, marcada pelo uso das hashtags #MeuPrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, inspiram cada vez mais a ação da Rede.

O Mapa da Cidadania do Direito à Cultura

Em Cachoeiras de Macacu, o Mapa da Cidadania do Direito à Cultura permanece em processo de produção. São vá-

rias as manifestações culturais que estão sendo levantadas para ampliar os já georreferenciados 130 pontos que compõem o Mapa inicial. A quantidade de informações permitiu que novos mapas autônomos fossem gerados a partir dele, como o Mapa da Fé - que iniciou na Cultura e acabou ganhando vida própria.

O mapeamento da Cultura atende às diretrizes do Sistema Municipal de Cultura, que prevê a criação do sistema de indicadores e informações culturais, para uso por parte do poder público e pelas lutas por direitos do Conselho de Políticas Culturais.

O Mapa da Cidadania do Direito à Saúde

Dando continuidade às ações para atualização do Mapa e construção de novos indicadores sobre o Direito à Saúde no município, a Rede elaborou uma série de tópicos e sub-tópicos que nortearão a continuidade dos próximos encontros, na realização de novos levantamentos, além da elaboração de encaminhamentos com solicitações de informações junto aos órgãos públicos competentes. Seguem sumarizados abaixo:

- 1. Levantamento do uso inadequado de agrotóxicos na alimentação e na área rural**
 - 1.1.** Incidência de câncer e outras doenças nos trabalhadores do campo;
 - 1.2.** Poluição hídrica;
 - 1.3.** Contaminação de alimentos;
 - 1.4.** Experiências com agricultura orgânica/alternativa;
- 2. Estudo do Histórico do Centro de Estudos em Saúde do Projeto Papucaia (CESPP)**
- 3. Levantamento sobre o sistema de atendimento ao usuário**
 - 3.1.** Necessidade de adequação do sistema de agendamento de consultas médicas, para evitar a situação atual dos usuários dormirem na fila para garantir vagas;
 - 3.2.** Escassez de profissionais (anestesistas, cirurgiões, outros especialistas etc.)
 - 3.3.** Ausência de material básico para pacientes, material cirúrgico e medicamentos;
 - 3.4.** Necessidade de capacitação dos profissionais da saúde;
 - 3.5.** Necessidade de ampliação, adequação e modernização dos postos de atendimento de saúde
 - 3.6.** Apuração das relações anti-éticas entre alguns agentes públicos de saúde e seus empreendimentos particulares;
 - 3.7.** Levantamento da dificuldade da realização de exames solicitados pelo médico.

4. Levantamento do Histórico do projeto "Educação e Saúde" (professor Neilor de Araújo / C.E. Zulmira)

- 4.1. Verificar materiais no arquivo do Colégio Maria Zulmira;

5. Avaliação e divulgação da perda do curso de pós-graduação da Fiocruz

- 5.1. Recusa do governo em ceder sala para receber o curso;

6. Divulgação da atuação do Instituto Vital Brazil

- 6.1. Solicitar depoimento do biólogo Guilherme Jones;

7. Dar visibilidade a questão da saúde em comunidades rurais ou isoladas

8. Avaliação do Projeto de despoluição do Rio Macacu

- 8.1. verificar capacidade real das estações de tratamento;
- 8.2. falta de informações sobre as etapas do projeto.

9. Levantamentos dos seguintes dados e informações:

- 9.1. Atendimentos típicos nas diferentes áreas da cidade;
- 9.2. Quantificação dos casos de demora na identificação do problema que podem resultar em sequela permanente no paciente;
- 9.3. Apontamento das áreas de abrangência do atendimento de cada PSF ou UBS; identificação das ausências de atendimento por diferentes motivos: falta de médico, falta de material etc;
- 9.4. Apontamento dos canais de avaliação e qualificação, pelo paciente atendido, do serviço médico prestado pelo sistema público de saúde;
- 9.5. avaliação dos canais de informações sobre os atendimentos proporcionados por parte da Secretaria Municipal de Saúde;
- 9.6. avaliação da transparência pública relacionada a orçamento, planejamento, gastos e contratação de pessoal;
- 9.7. levantamento sobre as terapias complementares no conjunto de tratamentos de saúde da cidade;
- 9.8. levantamento sobre ações do poder público para promoção da saúde do trabalhador rural.

O Mapa da Cidadania do Direito à Educação

A ideia inicial da Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras de Macacu era pensar o Mapa do Direito à Educação como um ponto importante para a instrumentalização da luta local da categoria dos professores e do SEPE. Atualmente, essa categoria se encontra em grandes dificuldades de diálogos e reivindicações com o poder público, atraso de salários e de décimo terceiro são uma constante cobrança de professores e profissionais da área da educação e é pauta constante nas reuniões do SEPE e assembleias. Caminhadas até a prefeitura e ações de repúdio são feitas constantemente com a bandeira de cobrança por melhores salários e tratamento digno dos profissionais da área da educação.

A ideia da Rede é produzir o Mapa do Direito à Educação a partir da proposta de mapeamento do Incid. Dessa forma, a Rede de Cidadania Ativa iniciará o processo de coleta de dados para que esse possa ser uma ferramenta de luta e cobrança dos direitos da categoria, além de visibilizar as violações de direitos que ocorrem na cidade, como o alto número de escolas e bibliotecas fechadas, abandonadas e em ruínas; e o levantamento sobre garantia de alimentação nas escolas com base no decreto municipal que orienta a Prefeitura a comprar alimentos produzidos por agricultores da cidade.

A construção do Mapa da Cidadania do Direito à Educação de Cachoeiras de Macacu terá início antes do início do ano letivo de 2016, de modo a garantir a participação efetiva dos profissionais da Educação no processo.

O Mapa da Fé e o Mapeamento e Registro de Memória das Parteiros, Rezadeiras e Erveiras

Projeto de mapeamento de casas religiosas (igrejas, terreiros e outros tipos de templos) proposto pela Rede de Cidadania Ativa.

A primeira etapa da ação consiste no mapeamento das "casas de santo" e é coordenada pelo GT Espaço Sagrado do Conselho do Parque Estadual dos Três Picos. Até outubro de 2015, foram mapeados 35 terreiros de Umbanda e Candomblé no município. Além destes, o Mapa da Fé contemplará o mapeamento de outras expressões religiosas, como as igrejas evangélicas, católicas, centros espíritas e ayahuasqueiros, entre outros. O GT instituiu ainda o Fórum de Religiões de Matriz Africana, que potencializa a ação.

O Mapeamento e Registro de Memória das Parteiros, Rezadeiras e Erveiras consiste numa deliberação da V Conferência Municipal de Saúde e que deve ser feita em parceria com o Conselho de Políticas Culturais e o Conselho de Saúde. A proposta é identificar tanto as agentes ainda ativas como registrar a memória dessas práticas no passado.

ANEXO 1 – Mapa da Cidadania do Direito à Saúde

Número no mapa	Nome	Endereço			Administração / Classificação
		Logradouro	Número	Bairro	
1	AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL	Avenida Governador Roberto Silveira	800	Campo do Prado	Municipal
2	AMBULATÓRIO PADRE BATALHA	Rua Mário Amaral	1	Centro	Municipal
3	CAPS - CENTRO DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL	Avenida Governador Roberto Silveira	800	Campo do Prado	Municipal
4	CASA DO DIABÉTICO E HIPERTENSO (CASA DIAH)	Avenida Governador Roberto Silveira	726	Campo do Prado	Municipal
5	CENTRO MUNICIPAL DE EXAMES	RJ 116 Km 44	5	Santa Mônica	Municipal
6	CENTRO MUNICIPAL DE REABILITAÇÃO	Rua Serafim Coelho Gomes	49	Centro	Municipal
7	CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE DR MÁRIO SIMÃO ASSAF	Avenida Governador Roberto Silveira	288	Campo do Prado	Municipal
8	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO)	Rua Mário Amaral	1	Centro	Municipal
9	HOSPITAL MUNICIPAL DR CELSO MARTINS	Rua Prefeito José da Silva	185	Campo do Prado	Municipal
10	NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF)	RJ 116 Km 44	5	Santa Mônica	Municipal
11	POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAPUÍBA	Rua Coronel Bastos Macedo Soares	92	Japuíba	Municipal
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL	Rua Professor Fernando Nunes	37	Centro	Municipal
13	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - BONANZA	RJ122 Km 17	5	Bonanza	Municipal
14	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - FARAÓ	Estrada Antônio José	S/N	Faraó	Municipal
15	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - MARUBAÍ	Estrada Beira Rio	S/N	Marubaí	Municipal
16	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - MARUBAÍ (POSTO PROVISÓRIO)	Estrada Beira Rio	S/N	Marubaí	Municipal
17	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PAPUCAIA	Rua Sebastião Mendes da Silva	122	Papucaia	Municipal
18	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - RIBEIRA (PRONTO ATENDIMENTO)	Rua Padre Antônio Costa Carvalho	526	Ribeira	Municipal
19	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - SERRA QUEIMADA	RJ 122 Km 16	S/N	Serra Queimada	Municipal
20	UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - BOA VISTA	Avenida Aristides Falcão	30	Boa Vista	Municipal
21	UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - CASTÁLIA	Alameda Virtulino Mordesa	64	Castália	Municipal
22	UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - CIDADE ALTA	Rua Adalgisa Veloso	786	Cidade Alta	Municipal
23	UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - GUAPIAÇU	Estrada do Guapiaçu	S/N	Guapiaçu	Municipal
24	UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - MARAPORÃ	Praça de Maraporã RJ122 Km 23	S/N	Marapoã	Municipal
25	UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - SÃO JOSÉ DA BOA MORTE (OBRAS)	RJ122 Km 17	S/N	São José da Boa Morte	Municipal
26	UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - TABOADO	RJ 116	S/N	Taboado	Municipal
27	UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - VECCHI (POSTO PROVISÓRIO)	Estrada do Vecchi	S/N	Vecchi	Municipal
28	UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR - AGRO BRASIL	Rodovia RJ 120	S/N	Agro Brasil	Municipal
29	VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL	Rua Plínio Casado	410	Campo do Prado	Municipal
30	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Plínio Casado	410	Campo do Prado	Municipal
31	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Plínio Casado	410	Campo do Prado	Municipal
32	EXISTÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DE PICADAS DE COBRAS	Sistema Único de saúde registrou 11 notificações de picadas de cobras em 2014			

ANEXO 2 - Mapa da Cidadania do Direito à Cultura

Número no mapa	Nome	Endereço			Categoria	Classificação
		Logradouro	Número	Bairro		
1	ABREU ARTESANATO	RJ 116	2666	Valério	Equipamento cultural	Patrimônio Histórico
2	ANTIGA RESIDÊNCIA DE ZÉLIO FERNANDINO DE MORAES	Travessa Zélio de Moares	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
3	ANTIGO CENTRO TRATORISTA (ESCOLA AGRÍCOLA)	Rua Centro Tratorista Granada	s/n	Papucaia	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
4	ANTIGO MANOBREIRO FERROVIÁRIO	Antiga linha ferroviária	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
5	APA MACACU	RJ 116	Não informado		Equipamento cultural	Cultura e Ecologia
6	AQUEDUTO SANTA FÉ	Fazenda Santa Fé	s/n	Boa Vista	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
7	ARMAZÉM DA GULA	Fazenda Santa Fé	s/n	Boa Vista	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
8	ARMAZÉM IN CENNA	Rua Plínio Casado	574	Campo do Prado	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
9	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DO MACACU	Rua Manoel Delfim Sarmento	125	Centro	Equipamento cultural	Centros Culturais
10	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS MÃOS DE MACACU	RJ 116	Km 14	Santa Mônica	Equipamento cultural	Centros Culturais
11	BAR BOM CANTO	Rua Plínio Casado	242	Centro	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
12	BIBLIOTECA DE JAPUIBA	Avenida Marechal Floriano Peixoto	210	Japuiba	Equipamento cultural	Biblioteca
13	BOTEQUIM IMPERIAL	Rua Plínio Casado	270	Centro	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
14	CACHOEIRAS COUNTRY CLUBE	Avenida Aristides Falcão	882	Boa Vista	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
15	CAIXA D'ÁGUA DO POSTO PENA (RUÍNAS)	Antiga linha ferroviária	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
16	ESPAÇO CULTURAL & BAR 7 QUEDAS INN	RJ 116	1264	Boca do Mato	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
17	CASA DE TROCA DE FREIO	Antiga linha ferroviária	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
18	CASA DE TURMA DE BOCA DO MATO	Antiga linha ferroviária	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
19	CASA DE TURMA DO VALÉRIO	Avenida Castelo Branco	2498	Valério	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
20	CASARÃO DE BERTHOLDO	Estrada Gaviões	s/n	Japuiba	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
21	CENTRO CULTURAL CASARÃO DE JAPUÍBA SARA NASCIMENTO AZEREDO	Avenida Marechal Floriano Peixoto	532	Japuiba	Equipamento cultural	Centros Culturais
22	CENTRO DE ARTE E CULTURA ESPAÇO LIVRE	Rua Escritora Maria Cotas	574	Parque Santa Luiza	Equipamento cultural	Centros Culturais
23	CENTRO DE MÚLTIPLO USO	Travessa H. P. Fernandes	170	Centro	Equipamento cultural	Centros Culturais
24	CENTRO EDUCACIONAL MESTRE BIMBA	RJ 116 - Km 14	5 Lote 78	Agro-Brasil	Equipamento cultural	Centros Culturais
25	CENTRO HISTÓRICO DE CACHOEIRAS DE MACACU - JAPUÍBA	Avenida Marechal Floriano Peixoto	s/n	Japuiba	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
26	CENTRO INTEREDUCACIONAL DE ARTES E CULTURA	Rua Prefeito José da Silva	55	Campo do Prado	Equipamento cultural	Centros Culturais
27	CESPP - CENTRO DE ESTUDOS EM SAÚDE DO PROJETO PAPUCAIA	Avenida Governador Roberto Silveira	472	Campo do Prado	Equipamento cultural	Centros Culturais
28	CINE CLUBE BATUTINHAS	Rua Antônio Cordovil de Siqueira	80	São Francisco de Assis	Equipamento cultural	Cinema / Cineclube
29	CINE TEATRO PASCHOAL GUIDA	Rua Prefeito José da Silva	55	Campo do Prado	Equipamento cultural	Teatro
30	CIRCUITO FERROVIÁRIO ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA	Rua Dorvalino Nogueira	112	Valério	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário

ANEXO 2 - Mapa da Cidadania do Direito à Cultura

Número no mapa	Nome	Endereço			Categoria	Classificação
		Logradouro	Número	Bairro		
31	CLUBE RECREATIVO PIRATAS	Rua Reginaldo José da Silva	20	Ganguri de Cima	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
32	CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA RUA SERAFIM COELHO GOMES	Rua Serafim Coelho Gomes	s/n	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
33	CORETO DO FARAÓ	Estrada Antônio José	s/n	Faraó	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
34	CORETO DO GUAPIAÇU	Estrada do Guapiçu	s/n	Guapiçu	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
35	CORETO DE JAPUÍBA	Rua Coronel Bastos Macedo Soares	34	Japuiba	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
36	CORETO DA PRAÇA DUQUE DE CAXIAS	Rua Manoel Delfim Sarmento	30	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
37	CORETO DA RIBEIRA	Rua Padre Antônio da Costa Carvalho	180	Ribeira	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
38	CORREDOR CULTURAL NICOMEDES ARRUDA	Rua Nicomedes Arruda	s/n	Centro	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
39	CRAS BOA VISTA	Rua Antonio Valadares	47	Boa Vista	Equipamento cultural	Centros Culturais
40	CRAS JAPUÍBA	Rua Coronel Bastos Macedo Soares	114	Japuiba	Equipamento cultural	Centros Culturais
41	CRAS PAPUCAIA	Rua Henrique Lages	113	Papucaia	Equipamento cultural	Centros Culturais
42	ECOMUSEU DO VALÉRIO	Rua Dorvalino Nogueira	104	Valério	Equipamento cultural	Museu
43	ENGENHO DE FARINHA FARAÓ DE DOUTOR MIGUEL GUIDA	Estrada Antônio José	s/n	Faraó	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
44	ESCOLA DE ARTES JAIR RAMOS	Rua Prefeito José da Silva	55	Campo do Prado	Equipamento cultural	Atelies / Estúdios
45	ESCOLA PROFISSIONALIZANTE SARA BOCAIÚVA BULCÃO	Avenida Senador Doutel de Andrade	1826	Papucaia	Equipamento cultural	Atelies / Estúdios
46	ESPAÇO CULTURAL EM NÓS	Rua Reginaldo José da Silva	432	Ganguri de Cima	Equipamento cultural	Centros Culturais
47	ESPAÇO CULTURAL DORVALINO NOGUEIRA	Rua Dorvalino Nogueira	107	Valério	Equipamento cultural	Centros Culturais
48	ESPAÇO CULTURAL JEQUITIBÁ	Rua Nicomedes Arruda	Loja 2	Centro	Equipamento cultural	Centros Culturais
49	ESPAÇO DE CULTURAL TERRA E LIBERDADE	Rua Maura Xavier Maya	273	Rasgo	Equipamento cultural	Centros Culturais
50	ESPERANÇA CLUBE DA MELHOR IDADE	Rua Maurício de Abreu	75	Centro	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
51	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PAPUCAIA	Rua Roberto Kibota	142	Papucaia	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
52	ESTÚDIO ARTÊNTICO & ARTE DA ALMA	Rua Reginaldo José da Silva	106	Ganguri de Cima	Equipamento cultural	Atelies / Estúdios
53	ESTÚDIO IPÊ AMARELO	Rua Bom Jesus	s/n	Tuim	Equipamento cultural	Atelies / Estúdios
54	ESTÚDIO JÂMERSON	Rua Alberto Monteiro Barbosa	198	Parque Veneza	Equipamento cultural	Atelies / Estúdios
55	FONTE DA VILA INDIANA	Alameda Tupiniquim	s/n	Boca do Mato (Vila Indiana)	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
56	FONTE E CHAFARIZ DO LEÃO - VALÉRIO	Rua Dorvalino Nogueira	104	Valério	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
57	FONTE E CHAFARIZ DO LEÃO - CENTRO	Rua Floriano Peixoto	214	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
58	FONTE E CHAFARIZ DO LEÃO - GANGURI	Rua Reginaldo José da Silva	s/n	Ganguri de Cima	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
59	FUNDAÇÃO MACATUR	Rua Plínio Casado	303	Centro	Equipamento cultural	Outros Espaços
60	GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DO JAPUÍBA	Rua Escrivão A. M. Viana	566	Japuiba	Equipamento cultural	Escolas de Samba

ANEXO 2 - Mapa da Cidadania do Direito à Cultura

Número no mapa	Nome	Endereço			Categoria	Classificação
		Logradouro	Número	Bairro		
61	GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DO GANGURI	Rua Joaquim Antônio Rosa Sobrinho	8	Centro	Equipamento cultural	Escolas de Samba
62	GALERIA DE ARTES ALCILEU SILVA	Rua Prefeito José da Silva	55	Campo do Prado	Equipamento cultural	Atelies / Estúdios
63	GRUPO ESCOLAR QUINTINO BOCAÍÚVA	Avenida Governador Roberto Silveira	190	Campo do Prado	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
64	PRÉDIO DA IGREJA BATISTA CENTRAL	Avenida Lord Baden Powell	212	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
65	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	Ladeira do Imperador	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
66	IGREJA DE SANT' ANNA DE JAPUÍBA	Rua Coronel Bastos Macedo Soares	128	Japuiba	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
67	IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Rua Serafim Coelho Gomes	34	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
68	JEQUITIBÁ DE BOCA DO MATO	Ladeira do Jequitibá	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Cultura e Ecologia
69	LADEIRA DO IMPERADOR	Ladeira do Imperador	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Outros Espaços
70	LÁTEX - LABORATÓRIO DE ARTES E TEATRO EXPERIMENTAL	Rua João Pereira da Silva Neto	39	Japuiba	Equipamento cultural	Teatro
71	MEMORIAL DA ESCRAVIDÃO	Avenida Marechal Floriano Peixoto	532	Japuiba	Patrimônio cultural material	Monumento Histórico
72	Monumento Histórico AOS FERROVIÁRIOS, AGRICULTORES E COMERCIANTES	Rua Manoel Delfim Sarmento	4	Centro	Patrimônio cultural material	Monumento Histórico
73	Monumento Histórico OS CAIPIRAS	Avenida Marechal Floriano Peixoto	80	Japuiba	Patrimônio cultural material	Monumento Histórico
74	MURO FERROVIÁRIO DE PEDRA (VALÉRIO)	Avenida Castelo Branco	2116	Valério	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
75	MUSEU DA UMBANDA	Rua José Ribamar Pereira Ramos	s/n	Boca do Mato	Equipamento cultural	Museu
76	PARADA FERROVIÁRIA DO VALÉRIO	Avenida Castelo Branco	2194	Valério	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
77	PARQUE DE ESCULTURAS ARCA DE NOÉ	Estrada São Joaquim	1530	Valério	Equipamento cultural	Feiras / Exposições
78	PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE CACHOEIRAS DE MACACU	RJ 116	Km 20	Ribeira	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
79	PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS	Ladeira do Jequitibá	145	Boca do Mato	Equipamento cultural	Cultura e Ecologia
80	PARQUE TERRA SANTA	RJ 116	Km 27, 5	Japuiba	Equipamento cultural	Cultura e Ecologia
81	PONTE FERROVIÁRIA FARAÓ	Estrada Leopoldina	1080	Parque Veneza	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
82	PONTE FERROVIÁRIA DA CASTÁLIA	Avenida Castelo Branco	3260	Castália	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
83	PONTE FERROVIÁRIA DO VALÉRIO	Avenida Castelo Branco	2266	Valério	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
84	PONTE PÊNSIL FERROVIÁRIA (segunda)	Antiga linha ferroviária	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
85	PONTE PÊNSIL FERROVIÁRIA (primeira)	Antiga linha ferroviária	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
86	PONTILHÃO FERROVIÁRIO	Avenida Castelo Branco	Acima de 6000	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
87	POSTO PENA (PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO)	Antiga linha ferroviária	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
88	POUSADA DO ESCULTOR	Rua Pastor Lota	1619	Tuim	Equipamento cultural	Cultura e Ecologia
89	POUSADA ESTAÇÃO BOCA DO MATO (ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA)	Rua José Ribamar Ramos	500	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
90	PRAÇA DA BOA VISTA	Avenida Aristides Falcão	876	Boa Vista	Equipamento cultural	Praça

ANEXO 2 - Mapa da Cidadania do Direito à Cultura

Número no mapa	Nome	Endereço			Categoria	Classificação
		Logradouro	Número	Bairro		
91	PRAÇA DA RIBEIRA	Rua Padre Antônio da Costa Carvalho	180	Ribeira	Equipamento cultural	Praça
92	PRAÇA DE BOCA DO MATO	Ladeira do Imperador	s/n	Boca do Mato	Equipamento cultural	Praça
93	PRAÇA DO FARAÓ	Estrada Antônio José	s/n	Faraó	Equipamento cultural	Praça
94	PRAÇA DOS COLONOS	Avenida Paulo Francisco Tôrres	s/n	Papucaia	Equipamento cultural	Praça
95	PRAÇA DUQUE DE CAXIAS	Rua Manoel Delfim Sarmento	30	Centro	Equipamento cultural	Praça
96	PRAÇA MARIA ZULMIRA TÔRRES	Avenida Marechal Floriano Peixoto	80	Japuiba	Equipamento cultural	Praça
97	PRAÇA MANOEL DIZ MARTINEZ	Avenida Lord Baden Powell	212	Centro	Equipamento cultural	Praça
98	PRÉDIO DO ANTIGO CINEMA BRASIL / CINE BAILE BRASIL	Praça Duque de Caxias	38	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
99	PRÉDIO DO ANTIGO CINE VIRGÍNIA	Avenida Governador Roberto Silveira	428	Campo do Prado	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
100	RÁDIO CULTURA FM	Rua Doutora Porciúncula	32	Japuiba	Equipamento cultural	Meios de Comunicação
101	RÁDIO DESPERTA FM	Rua Naby Califa	349	São Francisco de Assis	Equipamento cultural	Meios de Comunicação
102	ESCULTURAS RAUL E VANI ESCULTURAS	Rua Manoel Diz Martinez	196	Ganguri de Baixo	Equipamento cultural	Atelies / Estúdios
103	REAÇÃO FOTOGRAFIA	Avenida Governador Roberto Silveira	81	Campo do Prado	Equipamento cultural	Atelies / Estúdios
104	RED FOX TATOO STUDIO	Rua Nicomedes Arruda	Loja 1	Centro	Equipamento cultural	Atelies / Estúdios
105	REGUA - RESERVA ECOLÓGICA DE GUAPIAÇU	RJ 122	Km 32	Guapiaçu	Equipamento cultural	Cultura e Ecologia
106	RELÓGIO DE SOL VERTICAL	Rua Floriano Peixoto	182	Centro	Patrimônio cultural material	Monumento Histórico
107	REPRESA DA CEDAE NO RIO SOUZA	Estrada São Joaquim	s/n	Valério	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
108	RESERVATÓRIO DE ÁGUA DESATIVADO (CEDAE)	Avenida Castelo Branco	3226	Valério	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
109	RESTAURANTE PONTO DE ENCONTRO LEOPOLDINA	Rua Professor Fernando Nunes	3	Centro	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
110	RESTAURANTE SOL NASCENTE	RJ 116	1302	Valério	Equipamento cultural	Cultura e Entretenimento
111	RUÍNAS DA TENDA DE UMBANDA DA LADEIRA DO IMPERADOR	Ladeira do Imperador	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
112	RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DA BOA MORTE	Rua sem nome ("Estrada da igreja velha")	s/n	São José da Boa Morte	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
113	RUÍNAS DA IGREJA SANTÍSSIMA TRINDADE	Rua sem nome ("Estrada do Belém")	s/n	Papucaia	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
114	RUÍNAS DO ARMAZÉM SÃO JOSÉ	Antiga linha ferroviária	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
115	SAPUCAEIRA DE JAPUÍBA	Rua Loral de Almeida	388	Japuiba	Patrimônio cultural material	Cultura e Ecologia
116	PRÉDIO DA SOCIEDADE MUSICAL RECREATIVA 10 DE OUTUBRO	Rua Serafim Coelho Gomes	60	Centro	Patrimônio cultural material	Patrimônio Histórico
117	SOCIEDADE MUSICAL DE JAPUÍBA	Avenida Marechal Floriano Peixoto	382	Japuiba	Equipamento cultural	Música
118	TENDA ESPÍRITA NOSSA SENHORA DA PIEDADE	Rua José Ribamar Pereira Ramos	271	Boca do Mato	Patrimônio cultural imaterial	Terreiro
119	TENDA ESPÍRITA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Avenida Castelo Branco	798	Rasgo	Patrimônio cultural imaterial	Terreiro
120	TERREIRO ILÊ AXÉ OMIN	Alameda Tupiniquim	606	Boca do Mato	Patrimônio cultural imaterial	Terreiro

ANEXO 2 - Mapa da Cidadania do Direito à Cultura

Número no mapa	Nome	Endereço			Categoria	Classificação
		Logradouro	Número	Bairro		
121	TERREIRO ILÊ AXÉ OMIN OTÁ ODARA	Rua das Pedras	616	Boa Vista	Patrimônio cultural imaterial	Terreiro
122	TERRITÓRIO ECOCULTURAL DA SERRA	Ladeira do Imperador	s/n	Boca do Mato	Equipamento cultural	Cultura e Ecologia
123	PROJETO TERRITÓRIO SAGRADO DE BOCA DO MATO	Rua José Ribamar Pereira Ramos	s/n	Boca do Mato	Equipamento cultural	Museu
124	TRAVESSA ZÉLIO DE MORAES	Travessa Zélio de Moraes	s/n	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Outros Espaços
125	TRIBO DA FORÇA	Estrada Sete Quedas	s/n	Boca do Mato	Equipamento cultural	Outros Espaços
126	USINA HIDRELÉTRICA DO TUIM (DESATIVADA)	Rua Rui Barbosa	518	Tuim	Patrimônio cultural material	Patrimônio Hídrico
127	VIADUTO DE BOCA DO MATO	RJ 116	6384	Boca do Mato	Patrimônio cultural material	Patrimônio Ferroviário
128	FESTA DA IGREJA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Rua Serafim Coelho Gomes	s/n	Centro	Patrimônio cultural Imaterial	Festa Religiosa
129	PRÉDIO DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS	Avenida Governador Roberto Silveira	nº 410	Campo do Prado	Patrimônio cultural Imaterial	Patrimônio Histórico
130	PRÉDIO DO ANTIGO FÓRUM	Avenida Governador Roberto Silveira	229	Campo do Prado	Patrimônio cultural Imaterial	Patrimônio Histórico

Fonte: Grupos de diálogos, Rede de Cidadania Ativa de Cachoeiras de Macacu, 2015.

ANEXO 3 - Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação

Número no mapa	Nome	Endereço		
		Logradouro	Número	Bairro
1	ACADEF - ASSOCIAÇÃO CACHOEIRENSE DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	Rua Padre Antônio Costa Carvalho	18	Ribeira
2	ASSOCIAÇÃO CACHOEIRENSE DE DEFESA ANIMAL - ACDA	RJ 116	136 Km 48	Condomínio Village
3	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DO MACACU	Rua Manoel Delfim Sarmiento	125	Centro
4	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE BOCA DO MATO	Ladeira do Imperador	S/N	Boca do Mato
5	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BONANZA E SÃO JOSÉ DA BOA MORTE	RJ 122	Km 17	São José da Boa Morte
6	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RIBEIRA E COLETIVO	Avenida Padre Antonio Carvalho	369	Papucaia
7	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MARAPORÃ	Estrada do Maraporã	S/N	Maraporã
8	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO GANGURI DE BAIXO - AMAGB	Rua Engenheiro Ciro Rodrigues	18	Ganguri de Baixo
9	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Rua Naby Califa	349	São Francisco de Assis
10	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO VALÉRIO - AMAVEL	Rua Dorvalino Nogueira	142	Valério
11	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE VENEZA - AMPV	Loc Parque Veneza	S/N	Parque Veneza
12	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA MARRECA - AMAM	Rua Lauro Ferreira da Silva	69	Japuiba
13	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO GUAPIAÇU	RJ 122	Km 32	Guapiaçu
14	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA CASTÁLIA	Alameda Virtulino Mordesa	164	Castália
15	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES FAMILIARES DAS COMUNIDADES DA GLEBA G, MARUBAÍ, NOVA RIBEIRA E RIO DO MATO	Estrada Beira Rio	S/N	Marubaí
16	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO TUIM	Rua B	54	Tuim
17	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO GANGURI DE CIMA	Rua Reginaldo José da Silva	234	Ganguri de Cima
18	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE PAPUCAIA	Rua L	Lote 7 Quadra 24	Ribeira
19	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RASGO	Rua Castelo Branco	S/N	Sossego
20	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E TRABALHADORES RURAIS DA AGRO VILA BONANZA	Não Informado		São José da Boa Morte
21	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO SETENTA	RJ 116	Km 34	Não informado
22	AMORES	Não Informado		
23	ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DOS RIOS E SERRAS DE MACACU - PRISMA	Rua Ary Coelho de Freitas	316	Parque Veneza
24	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES, LAVRADORES E AMIGOS DO FARAÓ	Estrada Antônio José	S/N	Faraó
25	ACECAM - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Oswaldo Aranha	1	Centro
26	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DA ILHA VECCHI E ADJACÊNCIAS	RJ 122	Km 16	Ilha Vecchi
27	ASSOCIAÇÃO DE DIABÉTICOS DE CACHOEIRAS DE MACACU - ADICAM	Rua Mário Amaral	1	Centro
28	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA SERRA QUEIMADA	Fazenda Serra Queimada	Km 17	Serra Queimada
29	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CACHOEIRAS DE MACACU - ACECAM	Rua Oswaldo Aranha	1	Centro
30	CENTRO INTEREDUCACIONAL DE ARTES E CULTURA	Rua Prefeito José da Silva	55	Campo do Prado
31	CENTRO COMUNITÁRIO ESPERANÇA	Rua Joaquim Gonçalves Lêdo	166	Parque Santa Luzia
32	CENTRO SOCIAL ESPORTIVO DE CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Ubaldo José da Rocha	603	Papucaia
33	CENTRO COMUNITÁRIO JOÃO HENRIQUE RAEDER	Gleba Colégio	Lote 75	Papucaia
34	CENTRO CULTURAL CASARÃO DE JAPUÍBA SARA NASCIMENTO AZEREDO	Avenida Marechal Floriano Peixoto	532	Japuiba
35	CESPP - CENTRO DE ESTUDOS EM SAÚDE DO PROJETO PAPUCAIA	Avenida Governador Roberto Silveira	472	Campo do Prado

ANEXO 3 - Mapa da Cidadania do Direito à Participação e Ação

Número no mapa	Nome	Endereço		
		Logradouro	Número	Bairro
36	CIRCULO OPERARIO CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Padre Antonio Costa Carvalho	Lote 14 Quadra 18	Ribeira
37	CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CCS (CACHOEIRAS DE MACACU)	Rua Romeu Caetano Guida	59 (Sede OAB)	Campo do Prado
38	COMPANHIA ARTÍSTICA EM NÓS	Rua Reginaldo José da Silva	432	Ganguri de Cima
39	COOPERATIVA REGIONAL DE PISCICULTORES E RANICULTORES DO VALE DO MACACU E ADJACÊNCIAS LTDA - COOPERCRAMMA	Condomínio Industrial de Japuiba	RJ 116	Japuiba
40	CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	Rua Osvaldo Aranha	6	Centro
41	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NOVA ESPERANÇA E SÃO JOSÉ DA BOA MORTE	RJ 122	Km 17	São José da Boa Morte
43	COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA SERRA QUEIMADA	RJ 122	Km 17	Serra Queimada
44	COOPERÚNICA - COOPERATIVA MISTA DE TRANSPORTE ALTERNATIVO DOS AMIGOS DE CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Professor Fernando Nunes	41	Centro
45	COOPER MACACU	Rua Treze de Maio	22	Várzea
46	COMUNIDADE DOS HERVANOS DO ARAÇAZEIRO	Estrada do Faraó	S/N	Bom Jardim do Faraó
47	ECOCAMPING CULTURAL CAMINHANTE DAS ESTRELAS	Rua Adamastor Martins	85	Boa Vista
48	ESPERANÇA CLUBE DA MELHOR IDADE	Rua Maurício de Abreu	75	Centro
49	FÓRUM DA AGENDA 21 DE CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Osvaldo Aranha	6	Centro
50	FORUM CONTRA A BARRAGEM DO GUAPIAÇU	RJ 122	Km 16	Serra Queimada
51	FUNDAÇÃO MACATUR	Rua Plínio Casado	303	Centro
52	GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DO JAPUÍBA	Rua Escrivão A. M. Viana	566	Japuiba
53	GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DO GANGURI	Rua Joaquim Antônio Rosa Sobrinho	8	Centro
54	GRUCON / ESPAÇO SENZALA - GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA DE CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Adalgisa Veloso	98	Cidade Alta
55	GRUPO CIRANDARIA	Rua Adamastor Martins	85	Boa Vista
56	GRUPO ESPÍRITA LUZ E VIDA	Rua Felipe Pereira Sodré	265	Não informado
57	INSTITUTO FACULDADE JÁ	Rua José Custódio de Souza	186	Morro do Cléber
58	LÁTEX - LABORATÓRIO DE ARTES E TEATRO EXPERIMENTAL	Rua João Pereira da Silva Neto	39	Japuiba
59	LEGIÃO DE AMIGOS DE CACHOEIRAS	Rua Escritora Maria Cotas	574	Não informado
60	MOVIMENTO CONTRA A BARRAGEM DO RIO GUAPIAÇU	RJ 122	Km 16	Serra Queimada
61	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB / NÚCLEO CACHOEIRAS DE MACACU	RJ 122	Km 17	Serra Queimada
62	RÁDIO COMUNITÁRIA E ECOLÓGICA DESPERTA FM AMBIENTAL	Rua Naby Califa	349	São Francisco de Assis
63	REGUA - RESERVA ECOLÓGICA DE GUAPIAÇU	RJ 122	Km 32	Guapiaçú
64	SINDICATO DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CACHOEIRAS DE MACACU	RJ 122	Km 17	Quizanga
65	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Francisco Pinto	90	Campo do Prado
66	SINDICATO DOS PROFISSIONAIS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CACHOEIRAS DE MACACU - SIPROSEM	Rua Demétrio Guerra	31	Várzea
67	SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO - SEPE / NÚCLEO CACHOEIRAS DE MACACU	Rua Rui Barbosa	164	Campo do Prado
68	SOCIEDADE MUSICAL RECREATIVA 10 DE OUTUBRO	Rua Serafim Coelho Gomes	60	Centro
69	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA MACACU - SCOM	RJ 116	Km 39 (Condomínio Blue Sky)	Santa Luzia



REALIZAÇÃO

ibase.
Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas

PARCERIA

BR PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA